

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[MEC modifica regras do Sisu](#)

[Saúde do professor em jogo](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Gestão Bolsonaro promete liberar ensino domiciliar por medida provisória](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Viu os pobretões na minha mesa ontem à noite?](#)

[Metas dos cem dias](#)

O GLOBO - RJ

[Bolsonaro contraria tradição em nomeação de novo reitor](#)

[Alfabetização e ensino domiciliar são metas do governo](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Kroton prevê lucro em 2019 até 5% maior](#)

Imprensa Estadual

MEIO NORTE - PI

[Organização abre seleção para pesquisador](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[Alfabetização e ensino domiciliar são metas do governo na Educação nos 100 primeiros dias](#)

G1

[UEM tem mais de 1,7 mil vagas ociosas em cursos de graduação presenciais](#)

[Estudantes piauienses relatam dificuldades no site do Sisu no segundo dia de inscrições](#)

METRÓPOLIS

[Sisu 2019: Mais de 910 mil candidatos em quase dois dias de inscrições](#)

PORTAL ISTOÉ

[Sisu chega a ter 500 mil acessos simultâneos](#)

PORTAL VEJA

[Editorial do Estadão: A avaliação do ensino superior](#)

TERRA

[Parceria com Simutec integra simulação em realidade virtual a cursos da Escola de Educação Permanente do Hospital das Clínicas da FMUSP](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Sisu chega a ter 500 mil acessos simultâneos](#)

[No MEC, militares devem comandar financiamento, hospitais e ensino superior](#)

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL

[Cursos de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul recebem os conceitos mais altos nas avaliações do Ministério de Educação](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Ministro empossa secretários de Educação Superior e Básica como conselheiros do CNE](#)

O BEM DITO

[Unipar está com inscrições abertas para mestrado e doutorado](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Dislexia é tema de artigo inédito no Brasil](#)

[Ministro empossa secretários de Educação Superior e Básica como conselheiros do CNE](#)

G1

[UDC é uma das mais fortes instituições de ensino superior na região](#)

[Mestrado em educação indígena da Uepa tem vagas para Santarém; veja edital](#)

PORTAL EXAME

[MEC pode abrir caminho para que universidades passem a cobrar mensalidade](#)

PORTAL ISTOÉ

[Sisu 2019 agora divulga nota de corte de todos os cursos em 4 horários](#)

CORREIO POPULAR – SP

[Enem : redação encolhe a nota mil](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Nomeação do novo presidente do Inep é publicada no Diário Oficial](#)

O LIBERAL - PA

[A educação brasileira diante do espelho](#)

O POPULAR - GO

[Conselho busca entender aplicação do Fundeb em Goiás](#)

[Ministério da Educação antecipa notas de corte](#)

Agências de notícias e sites

DIÁRIO X

[MS tem novo mestrado em Ensino de Ciências e Matemática aprovado pela Capes](#)

AGÊNCIA ESTADO

[A avaliação do ensino superior](#)

CORREIO WEB

[Secretaria de Educação vai transferir R\\$ 67,7 milhões para escolas públicas](#)

METRÓPOLES

[Sisu 2019: notas de corte serão divulgadas em quatro horários](#)

PORTAL ISTOÉ

[Educação : Desafios do novo governo](#)

[Notas de corte do Sisu serão divulgadas em quatro horários](#)

R7

[Sisu 2019: notas de corte serão divulgadas em quatro horários](#)

[Notas de corte do Sisu serão divulgadas em quatro horários](#)

[Ano letivo para escolas estaduais de MG começará no dia 7 de fevereiro](#)

[Gratuidade de Passe Livre Estudantil custou R\\$ 290,8 milhões ao GDF em 2018](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

MEC modifica regras do Sisu

Estudantes em local de prova, em novembro: inscrições prejudicadas

EDUCAÇÃO

Não bastassem os problemas de acesso ao site do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que já duram dois dias, o Ministério da Educação (MEC) alterou ontem as regras do programa. Os candidatos a obter uma das 235 mil vagas em instituições públicas de ensino superior, com base nos resultados das provas do Enem 2018, precisarão redobrar a atenção para as notas de corte, que passaram a ser atualizadas quatro vezes por dia — às 7h, às 12h, às 17h30 e às 20h. Somente à meia-noite de hoje haverá um balanço.

A decisão de ampliar as atualizações foge às regras tradicionais do Sisu, pois o edital previa somente uma mudança por dia. Ontem, devido à instabilidade do site, contudo, os candidatos estranharam que as notas de corte, que definem a pontuação mínima para ingresso nos cursos escolhidos, não estavam aparecendo ou apresentavam oscilações. O prazo de inscrição termina amanhã.

Na página do MEC na internet, centenas de estudantes reclamaram das falhas. No

Maranhão, a estudante Aline Castelo Branco ainda não conseguiu se inscrever. “O MEC deveria estender o prazo até segunda-feira, pois muitos de nós estamos sendo prejudicados por essa falha técnica”, reclamou. Já Lana Bernardes cobrou soluções. “É impossível escolher o curso, o site deveria ser mais preparado para atender tanta demanda. Estou desde o primeiro dia tentando e, até agora, nada. Muita gente não vai conseguir fazer a inscrição”, escreveu.

A instabilidade do site do Sisu foi atribuída a “um grande volume de acessos espontâneos”. O MEC não conseguiu regularizar o funcionamento da plataforma. “Devido ao grande número de acessos, o Sisu registrou certa lentidão. O sistema está em processo de normalização”, explicou a pasta, em nota. Contudo, na noite de ontem, as falhas persistiam.

Os organizadores do Sisu garantem que se prepararam para as inscrições, mas que o “sistema, que, nas edições anteriores, recebia de 25 a 30 mil acessos simultâneos, registrou picos de até 350 mil”. Mais de 441 mil estudantes já realizaram a matrícula. Como recomendação, o órgão pediu aos candidatos que atualizem a página inicial antes de preencher os dados. “Adotamos todas as medidas para resolver a lentidão no sistema”, garantiu o MEC. (OA)

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Saúde do professor em jogo

Em pouco mais de uma semana, estudantes voltam às salas de aula para mais um ano letivo. Com eles, um batalhão de professores com a missão de transmitir conceitos que vão de filosofia à física, além de valores como cidadania, respeito ao próximo e normas gerais de condutas em sociedade. Mas, na rotina escolar, professores costumam ser muito mais que isso. São absorvidos pela realidade do público que atendem. Não raro, assumem o papel de psicólogos, de pais ausentes — porque nunca assumiram o compromisso de educar ou porque trabalham o dia todo para garantir o sustento da casa —, de conselheiros ou de orientadores profissionais. Muitos se tornam inspiração para a vida dos estudantes.

Mas há um lado obscuro nessa rotina que afeta, gravemente, a saúde do educador: a violência que sofre no ambiente de trabalho e que é desencadeada por uma parcela de alunos. O Distrito Federal teve professor assassinado por impedir o tráfico de drogas dentro da instituição de ensino. Educador foi espancado por aluno que ele tirou de sala de aula por falta de disciplina. Outras dezenas deles são alvo da violência psicológica, em especial, ameaças.

O resultado da violência no ambiente escolar não poderia ser outro. Os profissionais da educação adoecem. Muitos necessitam de longos períodos de licença médica, acompanhamento psicológico e uma parcela sequer consegue voltar ao trabalho e abandona a profissão que um dia abraçou. Não consigo esquecer a imagem de um professor que, só de falar sobre o tempo em que lecionava, começava a tremer, a suar frio e a gaguejar. O homem, 50 e poucos anos, casado, pai de dois adolescentes, estava de licença médica havia dois anos, quando me deu entrevista.

A violência no âmbito escolar não nasce dentro das instituições de ensino. Ela é reflexo da nossa sociedade, e a educação é um meio poderoso de transformação dessa realidade, associada a outras políticas, como distribuição de renda, oportunidades de trabalho para

adultos e jovens, e acesso à cultura e ao lazer. Garantir um ambiente seguro nas escolas para alunos, educadores e demais servidores é desafio e necessidade para garantir o desenvolvimento pleno dos estudantes e, ao mesmo tempo, a saúde do professor.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Gestão Bolsonaro promete liberar ensino domiciliar por medida provisória

Prática havia sido considerada ilegal pelo STF por falta de regulação

Brasília e São Paulo

O governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) incluiu na lista de metas para os cem primeiros dias do governo a regulamentação do ensino domiciliar, também chamado de "homeschooling", por meio de medida provisória.

A prática havia sido considerada ilegal no final do ano passado pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/bolsonaro-quer-liberar-ensino-domiciliar-por-medida-provisoria-ate-abril.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Viu os pobretões na minha mesa ontem à noite?

Presidente critica imprensa, comenta redes sociais, futebol e situação da Venezuela

ENVIADO ESPECIAL / DAVOS

Enquanto os termômetros em Davos marcavam 9 graus negativos na manhã de ontem, Bolsonaro iniciava o dia tomando café, em seu hotel, cercado por assessores, pelo chanceler Ernesto Araújo e o filho Eduardo Bolsonaro. A reportagem do Estado, sentada à mesa ao lado, acompanhou cerca de 20 minutos da conversa da comitiva com o presidente .

Em pauta, assuntos estratégicos, críticas à imprensa, comentários sobre o poder das redes, futebol, dólar, a situação da Venezuela e até mesmo perguntas sobre a ortografia de palavras. Quando um dos assessores de Bolsonaro chegou para o café, o presidente comentou: "Viu os pobretões que estavam na minha mesa ontem?", provocando risada geral. Ele se referia ao fato de que, na noite de terça-feira, o jantar de abertura do Fórum incluiu em sua mesa o presidente da Suíça, Ueli Maurer, a rainha Rania, da Jordânia, o fundador do Fórum, Klaus Schwab, o presidente da Apple, Tim Cook, a rainha Mathilde, da Bélgica, e o presidente da Microsoft, Satya Nadella.

Parte do debate se concentrou na reação dos mercados e da imprensa sobre seu discurso em Davos, feito na terça-feira e que foi o mais curto já pronunciado por um presidente brasileiro no evento. "Tem cinco dias de alta (do dólar) e dá uma baixadinha e já dizem que é o discurso", se queixou Bolsonaro, em referência à moeda. Araújo destacou, de forma elogiosa, como dois jornais estrangeiros tinham dado destaque a certos trechos da fala , enquanto o resto da comitiva reclamava de que, no Brasil, foram as críticas que dominaram.

"E no Brasil dizem que eu me equivoquei ao falar das florestas", protestou o presidente. A conversa então migrou para a situação do Enem. "Pode ter certeza que alguém do PT

vai vazar a prova", disse Bolsonaro. "Vai vazar", repetiu, insistindo para a facilidade que seria "tirar uma foto". Nesta semana, o governo Jair Bolsonaro tornou sem efeito a nomeação de Murilo Resende, que assumiria a coordenação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e o nomeou para o cargo de assessor da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC).

Ex-ministro da Educação na gestão petista, Aloizio Mercadante disse, em nota, que as acusações eram inaceitáveis. Durante o café, também não faltaram comparações ao futebol e mesmo comentários sobre os times do São Paulo e Vasco da Gama, que disputam a final da Copinha nesta sexta-feira. "O sr. vai ter de entrar para dar parabéns", sugeriu uma das pessoas à mesa. Ao longo da conversa, um dos pontos centrais foi o poder das redes sociais e comentários sobre como o governo deve se comportar nesses meios. "É outro idioma", insistiu um dos assessores. Eduardo alertou para o fato de que "muita gente nem lê o que postamos".

"Olham a foto e já comentam, sem nem ler. Acho que apenas 5% das pessoas de fato leem o que se escreve", disse. Instantes depois, ele perguntou ao grupo: "Trilionário e bilionário têm (a letra) H? Não, né?". Ao terminar o café, a reportagem se aproximou do presidente. Questionado se comentaria a situação de seu filho, Flávio Bolsonaro, o presidente virou as costas e disse que "não". O dia estava apenas começando em Davos.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Metas dos cem dias

Pacote relaciona 35 propostas consideradas prioritárias; reforma da Previdência não é citada

BRASÍLIA

O governo apresentou 35 ações prioritárias para os primeiros cem dias. No pacote há medidas já anunciadas e colocadas em prática.

Em um evento anunciado ontem no início da tarde após o cancelamento de uma entrevista coletiva da delegação brasileira no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, o governo apresentou um pacote de 35 ações prioritárias para os primeiros cem dias de gestão do presidente Jair Bolsonaro. O programa, no entanto, incluiu metas sem detalhamento e não citou a reforma da Previdência, classificada como prioritária pela equipe econômica.

O plano incluiu uma redução da máquina administrativa com estimativa de extinção de 21 mil funções comissionadas e gratificações. Além disso, confirmou medidas já anunciadas pelos ministérios, como o 13.º para beneficiários do Bolsa Família, e decisões já tomadas pelo governo, como a edição da medida provisória para combater fraudes no INSS e o decreto que flexibiliza a posse de armas no País.

Ao apresentar as metas, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, não quis comentar nenhum dos pontos da reforma da Previdência. Em Davos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou ontem que as mudanças no sistema de aposentadorias do Brasil são "a prioridade número um do governo".

"Se eu descer aos detalhes da proposta, eu obviamente entregaria aqui a estratégia, a tática e a lógica", afirmou Onyx, evitando se comprometer com pontos específicos da reforma e com prazos para apresentação da proposta. O ministro declarou que o texto da

reforma da Previdência vai ser fechado “nas próximas semanas” após o presidente Jair Bolsonaro retornar da cirurgia para retirada da bolsa de colostomia. O ministro espera que Bolsonaro volte a Brasília por volta do dia 7 de fevereiro.

Sem detalhes. Entre as metas há pontos não detalhados, como a implantação de um centro de testes para dessalinização no semiárido. Além disso, o governo promete “interação entre universidades e a rede de escolas públicas para o ensino de ciências”. Outro ponto é regulamentar a educação domiciliar, após decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto. O documento também fala em impedir o loteamento político em cargos da administração federal estabelecendo regras e critérios para nomeação dos postos de confiança.

O governo quer ainda retirar o padrão do Mercosul no passaporte brasileiro e retomar o Brasão da República como identidade visual no documento para “fortalecer a identidade nacional e o amor à Pátria”. Onyx garantiu que a mudança terá “custo zero” porque será implementada apenas na impressão de novos documentos e que os passaportes com o atual padrão terão validade mantida.

Na área econômica, o governo confirmou a intenção de dar independência ao Banco Central. Uma mudança na autoridade monetária, no entanto, depende do Congresso. “Mas vamos nos empenhar nisso”, prometeu Onyx. O Planalto estimou ainda realizar o leilão do excedente da cessão onerosa do pré-sal no terceiro trimestre deste ano e arrecadar R\$ 100 bilhões com a venda.

O ministro explicou que a definição dos objetivos levou em conta a possibilidade de serem cumpridos neste início de gestão e o significado das medidas para a população. Para ele, o governo pretende chegar no dia 11 de abril com mais de 90% das metas cumpridas. Ele admitiu que o conjunto não incluiu necessariamente as medidas mais importantes. “Não são todas, não são necessariamente as mais importantes, mas são aquelas que nós estamos divulgando neste momento onde cada um dos ministérios fez as suas escolhas e são metas que o governo vai se empenhar para tentar, quando for feito o balanço dos 100 dias, ter condição de poder apresentar as realizações.”

PLANO

Governo Bolsonaro apresentou medidas que considera prioritárias para os primeiros 100 dias de gestão

O Estado de S. Paulo 24 Jan 2019

Ministério da Agricultura

1º Estímulo à Agricultura Familiar Ampliar para 2 anos o prazo de validade das Declarações de Aptidão (DAP) do Programa Nacional da Agricultura Familiar. Garantir a continuidade do acesso a milhões de pequenos produtores a políticas de promoção da agricultura familiar.

Ministério da Cidadania

2º 13º Benefício do Bolsa Família Expandir a transferência de renda para as 14 milhões de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família

3º Programa Bolsa Atleta Modernizar o programa para estímulo de jovens atletas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

4º Implantação do Centro de Testes de Tecnologias de Dessalinização Mapear tecnologias em sistemas de dessalinização nas condições de operação no Semiárido

5º Programa Ciência na Escola Promover interação entre universidades e a rede de escolas públicas para o ensino de ciências

Ministério do Desenvolvimento Regional

6º Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) Elaborar plano para construção de barragens, sistemas adutores, canais e eixos de integração de natureza estratégica e relevância regional

Ministério da Economia

7º Combate às fraudes nos benefícios do INSS Amplo processo de revisão abrangendo cerca de 6,4 milhões de benefícios administrados pelo INSS. A Medida Provisória nº 871, de 18 de janeiro de 2019, altera a legislação para aprimorar o reconhecimento de direito a benefícios

8º Redução da Máquina Administrativa Fazer mais com menos. Estimativa de extinção de 21 mil funções comissionadas e gratificações

9º Intensificação do processo de inserção econômica internacional Promover a inserção comercial do Brasil a partir de estratégia de medidas de facilitação de comércio, convergência regulatória, negociação de acordos comerciais e reforma da estrutura tarifária nacional. Reduzir os custos de aquisição de insumos, bens de capital e bens de informática

10º Vinculação da autorização de concursos públicos à adoção de medidas de eficiência administrativa Estabelecer novos critérios condicionando a análise de demanda de concursos públicos à adoção de medidas como a digitalização de serviços, revisão de processos, readequação de estrutura e competências, adesão ao processo centralizado de compras etc

11º SINE Aberto

Abrir os cadastros de desempregados para empresas privadas do setor de recrutamento. Ampliar o potencial de utilização da base de dados do SINE, visto que menos de 3% dos admitidos entre janeiro e novembro de 2017 foram admitidos utilizando esse meio

Ministério da Educação

12º Alfabetização Acima de Tudo Lançamento de um programa nacional de definição de soluções didáticas e pedagógicas para alfabetização, coma proposição de método para redução do analfabetismo a partir de evidências científicas

Ministério da Infraestrutura

13º Privatizações no Setor de Transportes Ampliar investimentos na malha ferroviária e modernizar e ampliar a infraestrutura aeroportuária de 12 aeroportos. Leiloar 10 terminais portuários para ampliar a capacidade de armazenagem e movimentação de granéis líquidos combustíveis

Ministério da Justiça e Segurança Pública

14º Decreto de Facilitação da Posse de Armas Garantir ao cidadão brasileiro a integralidade do direito constitucional à legítima defesa da vida e do patrimônio, cumprindo o decidido pelos cidadãos brasileiros no Referendo de 2005. O Decreto 9.685 foi editado em 15/01/19

15º PL Anticrime

Propor projeto de lei para aumentar eficácia no combate ao crime organizado, ao crime violento e à corrupção. Pretende reduzir pontos de estrangulamento do sistema de justiça criminal

16º Apoio à Operação Lava-Jato Imediata recomposição do efetivo policial envolvido na Operação, por meio de recrutamento para missões e remoções

Ministério do Meio Ambiente

17º Aprimorar o Sistema de Recuperação Ambiental Aperfeiçoar o procedimento de conversão de multas do IBAMA

18º Plano Nacional para Combate ao Lixo no Mar Consolidar diagnósticos, reavaliar indicadores de qualidade ambiental, definir valores de referência e estabelecer diretrizes no âmbito de uma agenda nacional de qualidade ambiental urbana

Ministério de Minas e Energia

19º Viabilizar o leilão do excedente da cessão onerosa Obter aprovação pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE para a revisão do contrato de cessão onerosa e dos parâmetros técnicos e econômicos da licitação de área do Pré-Sal, prevista para o terceiro trimestre de 2019

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

20º Campanha nacional de prevenção ao suicídio e à automutilação de crianças, adolescentes e jovens Implementar ações de conscientização e disseminação de informações visando à prevenção da automutilação e do suicídio

21º Regulamentação de Partes da Lei Brasileira de Inclusão Garantir a promoção do exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência e sua inclusão social

22º Educação domiciliar

Regulamentar o direito à educação domiciliar, reconhecido pelo STF, por meio de Medida Provisória, beneficiando 31 mil famílias que se utilizam desse modo de aprendizagem

Ministério das Relações Exteriores

23º Redução tarifária do Mercosul Aperfeiçoar instrumentos favoráveis ao setor produtivo por meio de redução tarifária e dinamização da agenda externa. Mais exportações e barateamento dos insumos e de produtos e serviços para o cidadão

24º Retirada do Brasil do padrão de passaporte do Mercosul e retomar o Brasão da República como identidade visual nesse documento Fortalecer a identidade nacional e o amor à Pátria

Ministério da Saúde

25º Fortalecer a vigilância e aumentar a cobertura vacinal Imunizar as pessoas para manter a erradicação de diversos agravos atualmente controlados. Aumento da cobertura vacinal para as seguintes vacinas: pentavalente, poliomielite, pneumocócica, tríplice viral D1, e febre amarela

Ministério do Turismo

26º Melhorar o ambiente de negócios do turismo e potencializar a atração de investimentos para o Brasil Instituir a Política Nacional de Gestão Turística do Patrimônio Mundial. Publicar Instrução Normativa que possibilita a implantação da gestão turística de áreas da União com potencialidade para o desenvolvimento sustentável do turismo

Secretaria de Governo da Presidência da República

27º Reestruturar a Empresa Brasileira de Comunicação Racionalizar estrutura da empresa e valorizar a qualidade do conteúdo

Secretaria-Geral da Presidência da República

28º Racionalizar e modernizar estruturas e processos ministeriais Melhorar a gestão e uso de recursos públicos dentro do programa de modernização do Estado

Controladoria-Geral da União

29º Regras e critérios para ocupação de cargos de confiança no Governo Federal Impedir loteamento político dos cargos públicos, adotando critérios objetivos de nomeação, tais como: experiência comprovada, qualificação técnica e idoneidade moral

30º Programa Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania Elaborar e disseminar agenda de promoção da ética e da cidadania a ser adotada por escolas na sala de aula

31º Criação do Comitê de Combate à Corrupção no Governo Federal Instituir Comitê Interministerial de Combate à Corrupção do Governo Federal para a condução da política de combate à corrupção da Administração Pública Federal

32º Sistema Anticorrupção do Poder Executivo Federal Capacitar e treinar servidores das unidades de Gestão da Integridade e monitoramento dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, interligando as atividades relacionadas à integridade pública

Advocacia-Geral da União

33º Atendimento eletrônico de devedores dos órgãos federais Ampliar a arrecadação ao implementar instrumentos facilitadores de pagamento de débitos com a União

Banco Central

34º Independência do Banco Central Seguir modelo vigente em economias avançadas, garantindo a independência do Banco Central

35º Critérios para Dirigentes de Bancos Federais Aprimorar a governança de instituições financeiras públicas por meio da fixação de critérios para o exercício do cargo, alinhando com exigências já existentes para o setor privado.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

**Bolsonaro contraria tradição em nomeação de novo reitor
Presidente deve indicar segundo colocado de lista tríplice para o comando de universidade mineira; desde Lula, o vencedor do pleito na instituição é o chancelado**

O governo de Jair Bolsonaro planeja indicar o segundo colocado da lista tríplice da eleição da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), em sua primeira decisão para escolha do reitor de uma universidade federal. A informação consta em uma minuta chancelada pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, a ser encaminhada para o gabinete da Presidência da República.

O documento, ao qual O GLOBO teve acesso, contraria sugestão do consultor jurídico do Ministério da Educação (MEC) emitida em 11 de novembro de 2018, quando uma minuta foi encaminhada ao gabinete do ex-ministro Rossieli Soares com a indicação do primeiro colocado da lista, o professor de filosofia Fábio César da Fonseca.

Fonseca foi filiado ao PT dos anos 1990 até 2005 e ao PSOL de 2007 a julho de 2018, quando, após a eleição na UFTM, se desfilou. Naquele mês, ele foi o escolhido via consulta informal feita junto aos alunos, por meio de voto paritário, onde cada área tem peso de um terço, e pelo conselho superior da instituição, onde os docentes possuem 70% dos votos. Nesta última, Fonseca recebeu 31 votos, contra 24 do professor de engenharia e vice-reitor da universidade, Luiz Fernando Resende dos Santos Anjo.

A minuta com o nome de Fonseca não chegou a ser assinada e foi arquivada, segundo informações do sistema da Advocacia-Geral da União (AGU). No último dia 11, um novo documento foi produzido pela consultoria jurídica do MEC. Desta vez, com o nome de Anjo, o segundo colocado na eleição.

Se confirmada a indicação, a gestão Bolsonaro abandonará uma tradição adotada desde o início do governo Lula, quando todos os primeiros colocados da lista de reitores para as universidades federais foram nomeados. Durante a eleição, o presidente já havia dado sinais de que promoveria mudanças no tratamento dado às universidades.

A possível nomeação de Anjo é vista como prenúncio do que serão as próximas nomeações do presidente para as instituições na sua gestão. Bolsonaro poderá indicar ao menos 11 reitores neste ano, segundo levantamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes).

CONFLITOS INTERNOS

Ao GLOBO Fonseca criticou a possível nomeação do segundo colocado: — Se o governo quer a moralidade administrativa e uma gestão ética e transparente, ele tem que olhar para a atual gestão da universidade. Por que ele deixaria de nomear o primeiro, se ele foi filiado ou não ao PT e ao PSOL?

A assessoria de comunicação da UFTM informou que Anjo não irá se manifestar por não ter conhecimento da minuta, mas que aceitará a indicação, se confirmada.

Além de não seguir a indicação do primeiro nome da lista, uma das mudanças que Bolsonaro poderá implementar na escolha de reitores é a anulação de qualquer pleito que seja feita com peso de 1/3 para os três segmentos: professores, técnicos e alunos.

Um parecer assinado em dezembro, ainda na gestão Temer, diz que a "votação paritária ou que adote peso dos docentes diferente de 70% será ilegal, e deve assim ser anulada".

Com o novo modelo, Bolsonaro terá mais liberdade para escolher o novo reitor da instituição, se mantiver a praxe de não nomear o primeiro na lista.

Procurado, o MEC afirmou que o processo de nomeação do reitor da UFTM "segue os trâmites administrativos vigentes, e deve ser finalizado nas próximas semanas".

*Estagiário, sob supervisão de Cristina Fibe

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Alfabetização e ensino domiciliar são metas do governo

Prioridades para os cem primeiros dias de gestão foram apresentadas ontem por chefe da Casa Civil

BRASÍLIA - O Ministério da Educação (MEC) estabeleceu como meta para os cem primeiros dias de governo o lançamento de um projeto de alfabetização, batizado de "Alfabetização acima de tudo". Os objetivos relacionados ao setor não ficaram restritos ao MEC. O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, por exemplo, pretende regulamentar o ensino domiciliar. A pasta de Ciência e Tecnologia e a Controladoria Geral da União também apresentaram, ontem, pontos para a área.

O MEC vai lançar um "programa nacional de definição de soluções didáticas e pedagógicas para alfabetização", com o objetivo de propor um "método para redução do analfabetismo a partir de evidências científicas".

— Uma meta importantíssima. O Brasil ainda tem 6% de analfabetos. O Brasil termina, se não me falha a memória, o primeiro grau com 30% de analfabetos funcionais — afirmou o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, durante a apresentação das metas de cada pasta.

— Então temos aí uma questão gravíssima. E poder se debruçar, o ministro (da Educação, Ricardo) Vélez e a sua equipe, sobre as questões que envolvem a alfabetização é algo muito valioso e muito importante. Não é possível que as crianças cheguem à 7a, 8a série sem saber ler nem saber escrever.

A equipe do ministério estuda banir métodos globais de ensinar a ler e escrever, que costumam ser associados à teoria construtivista de desenvolvimento cognitivo, para promover o método fônico. No fônico, a aprendizagem começa das letras e sílabas até chegar às palavras. Nos métodos globais, o caminho costuma ser inverso, partindo de textos e experiências sobre as funções da linguagem para se chegar a letras e sons, mas focando na compreensão da leitura.

MEDIDA PROVISÓRIA

No Brasil, em geral se adota a abordagem construtivista, mas não há regra única. Especialistas divergem sobre a eficácia da medida planejada pelo governo e apontam que a combinação de diferentes técnicas com alfabetizadores bem formados é o mais importante.

O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos quer regulamentar o ensino domiciliar por meio de uma medida provisória (MP). No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou que a prática não é permitida no Brasil. A maioria dos ministros concordou que a Constituição Federal não proíbe o ensino em casa. No entanto, como não há lei regulamentando o ensino domiciliar, não haveria como instituir essa alternativa no país. Uma MP, portanto, seria um caminho para permitir a prática.

— (A ideia é) Regular um direito que já foi reconhecido no STF. Se espera atender algo em torno de 15 mil crianças e adolescentes que atualmente são educadas em casa — disse Onyx.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Kroton prevê lucro em 2019 até 5% maior

Segundo a apresentação dos resultados, a captação de estudantes para os cursos presenciais e de Ensino a Distância (EAD) permanece estável até agora, com 30% do processo concluído. Em relação a preços, só os cursos presenciais tiveram crescimento.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6083173/kroton-preve-lucro-em-2019-ate-5-maior>

topo ↕

MEIO NORTE - PI - CIDADES

Organização abre seleção para pesquisador

O International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA), organização científica multilateral com sede na Áustria, abriu seleção de pesquisador com doutorado para atuação em modelagem de recursos hídricos.

Candidatos precisam ter doutorado em hidroinformática, hidrologia, clima, ciência ambiental, engenharia, informática ou área afim. É necessário ter alto nível em inglês, conhecimento de programação (Python, Fortran, C / C ++, GAMS) e apresentar experiência em sistemas de informação geográfica (por exemplo, ArcGIS ou QGIS) e subversioning (git, GitHub, Jupyter Notebook).

Para se inscrever, é necessário apresentar carta de apresentação, currículo, dois exemplos recentes de trabalhos de pesquisa, além de nomes e contatos (incluindo e-mail) de três pessoas de referência relacionadas ao trabalho. Os documentos devem ser enviados para o endereço harrison@iiasa.ac.at. As inscrições estão abertas até o preenchimento da vaga.

O candidato selecionado vai atuar no projeto do Sistema Europeu de Predição do Clima (EUCP). Entre as tarefas está o desenvolvimento de um modelo hidrológico e de recursos hídricos de código aberto, a criação de um Modelo Comunitário da Água (CWatM), e a elaboração de indicadores setoriais e intersetoriais para avaliar riscos hidrometeorológicos futuros (por exemplo, inundação, seca, escassez de água). O trabalho envolve interação com especialistas de múltiplas áreas, como economistas, ecologistas, hidrólogos, modeladores, interessados e cientistas sociais.

A extensão do contrato é de um ano, podendo ser prorrogada, uma vez que o projeto EUCP terá uma duração prevista de quatro anos (2018-2021). O trabalho será realizado na sede do IIASA em Laxenburg, cidade próxima de Viena. Além da remuneração, o IIASA oferece e benefícios como auxílio para mudança, custeio escolar para crianças e cinco semanas de férias anuais. Os salários do IIASA estão isentos de impostos na Áustria.

IIASA

Fundado em 1972, o IIASA realiza pesquisas sobre temas de alta complexidade, difíceis de abordar por países ou disciplinas acadêmicas isoladas. Os resultados devem fornecer insumos para formulação de políticas, encontrando soluções para problemas globais. O Brasil é um dos 23 membros da organização, e a CAPES é a representante do país no instituto. Além de compor o conselho gestor da instituição, a CAPES tem assento em dois comitês: Executivo e de Divulgação, Capacitação e Engajamento Científico.

[topo](#)

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Alfabetização e ensino domiciliar são metas do governo na Educação nos 100 primeiros dias

Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, apresentou prioridades

BRASÍLIA — O Ministério da Educação (MEC) estabeleceu como meta para os 100 primeiros dias de governo o lançamento de um projeto de alfabetização, batizado de "Alfabetização Acima de Tudo". Já o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos pretende regulamentar o ensino domiciliar.

O MEC vai lançar um "programa nacional de definição de soluções didáticas e pedagógicas para alfabetização", com o objetivo de propor um "método para redução do analfabetismo a partir de evidências científicas".

— Uma meta importantíssima. O Brasil ainda tem 6% de analfabetos. O Brasil termina,

se não me falha a memória, o primeiro grau com 30% de analfabetos funcionais. Então temos aí uma questão gravíssima. E poder se debruçar, o ministro (Ricardo) Vélez e a sua equipe, sobre as questões que envolvem a alfabetização é algo muito valioso e muito importante. Não é possível que as crianças cheguem à 7ª, 8ª série sem saber ler nem saber escrever — afirmou o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, durante a apresentação das metas de cada pasta.

A equipe do ministério estuda banir métodos globais de ensinar a ler e escrever, que costumam ser associadas à teoria construtivista de desenvolvimento cognitivo, para promover o método fônico. No fônico, a aprendizagem começa das letras e sílabas até chegar às palavras. Nos métodos globais, o caminho costuma ser inverso, partindo de textos e experiências sobre as funções da linguagem para se chegar às letras e sons, mas focando na compreensão da leitura.

No Brasil, em geral se adota a abordagem construtivista, mas não há regra única. Especialistas divergem sobre a eficácia da medida planejada pelo governo e apontam que a combinação de diferentes técnicas com alfabetizadores bem formados é o mais importante.

O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos quer regulamentar o ensino domiciliar por meio de uma medida provisória (MP). No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou que a prática não é permitida no Brasil. A maioria dos ministros concordou que a Constituição Federal não proíbe o ensino em casa. No entanto, como não há lei regulamentando o ensino domiciliar, não haveria como instituir essa alternativa no país. Uma MP, portanto, seria um caminho para permitir a prática.

— (A ideia é) Regular um direito que já foi reconhecido no STF. Se espera atender algo em torno de 15 mil crianças e adolescentes que atualmente são educadas em casa — disse Onyx.

topo 

G1 - TEMPO REAL

UEM tem mais de 1,7 mil vagas ociosas em cursos de graduação presenciais. Número equivale a aproximadamente 15% das cadeiras ocupadas na universidade em 2018, quando havia 18,2 mil estudantes matriculados, incluindo a modalidade de ensino a distância.

A Universidade Estadual de Maringá (UEM), no norte do Paraná, tem mais de 1,7 mil vagas ociosas, em 45 cursos de graduação presenciais, e outras 959 em seis cursos de ensino a distância (EaD), segundo edital para transferências externas, que recebeu inscrições até quarta-feira (23). Veja logo abaixo os 10 cursos com mais vagas ociosas.

A soma das vagas (2.728) equivale a aproximadamente 15% das cadeiras ocupadas na universidade em 2018, quando 18,2 mil estudantes estavam matriculados nas duas modalidades de ensino superior, presencial e EaD.

A oferta para transferências externas é maior que a do último Vestibular de Verão, que tinha 1.518 vagas.

Veja abaixo os 10 cursos com o maior número de vagas ociosas* na UEM e o campus em que são ofertadas:

engenharia têxtil, Goioerê: 98 vagas;
matemática, Maringá: 94 vagas;
engenharia agrícola, Cidade Gaúcha: 84 vagas;
licenciatura plena em ciências, Goioerê: 80 vagas;
engenharia de alimentos, Umuarama: 74 vagas;
tecnologia em construção civil, Umuarama: 71 vagas;
estatística, Maringá: 67 vagas;
serviço social, Ivaiporã: 58 vagas;
engenharia ambiental, Umuarama: 57 vagas;
física, Goioerê: 57 vagas.

*Os números acima apresentam a soma das vagas em cada curso, que são distribuídas entre o 2º, o 3º e o 4º anos da graduação.

A pró-reitora de Ensino da UEM Leila Pessoa Da Costa explicou que, apesar de o número de vagas ociosas parecer assustador, em termos percentuais está abaixo do que se observa nas universidades públicas do país.

Em 2018, ao todo, mais de 5,1 mil estudantes ingressaram na UEM pelos diferentes processos seletivos para anos iniciais, segundo a universidade.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) – que acompanhou a trajetória dos universitários entre 2010 e 2015 com base no Censo da Educação Superior – mostram que quase 56% dos alunos que entraram na faculdade em 2010 não se formaram com os colegas do curso de graduação no qual se matricularam. Entre os que desistiram, 16,6% eram da rede pública.

Procurada, a Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) informou apenas que universidades têm autonomia nas decisões.

Anos anteriores

Em 2018 e 2017 a UEM teve números parecidos de vagas ociosas para a graduação presencial, que ofertados para transferências externas. Veja no gráfico abaixo:

Oferta de vagas na UEM para transferências externas

Números consideram cursos presenciais entre 2017 e 2019

Número de vagas

ociosas 1.769 1.769 1.561 1.561 1.792 1.792 2019 2018 2017 0500100015002000

2018

Ano 1.561

Nos dois processos anteriores, não houve selecionados para cinco dos dez cursos que possuem o maior número de vagas para 2019: engenharia têxtil, licenciatura plena em ciências, tecnologia em construção civil, serviço social e engenharia ambiental.

Mapeamento

Leila, que assumiu a Pró-Reitoria de Ensino em outubro de 2018, explicou que a universidade está fazendo um mapeamento de alunos para pensar em ações pontuais, que possam ajudar a evitar a evasão, considerando o fator que está desencadeando a

desistência atualmente.

“A questão da evasão ocorre em função de um determinado período que nós vivemos, ora por questões sociais, ora por questões econômicas, ora por questões culturais. Então, obviamente em função de qual seja o desencadeante disso, a gente implementa ações neste sentido”, explicou.

Estrutura

A pró-reitora também destaca a característica multicampi da UEM: atualmente são sete campi em cidades das regiões norte e noroeste do Paraná.

Segundo ela, a abertura de um curso é sempre precedida por uma série de estudos, que considera as necessidades regionais.

No entanto, estudantes reclamam da infraestrutura da universidade. Em Umuarama, estudantes de engenharia ambiental citaram a falta de equipamentos e insumos para os laboratórios e a demora para conclusão da obra do Restaurante Universitário (RU), que deveria estar pronto há cerca de 5 anos.

O G1 procurou a UEM sobre a construção do RU do campus de Umuarama e aguarda retorno.

Matheus Haddad Nudi, de 21 anos, vai cursar o 4º ano do curso em 2019, e afirma que o curso tem uma boa grade curricular, mas peca um pouco na infraestrutura.

Segundo o jovem, a turma dele, que começou com cerca de 35 estudantes, tem atualmente entre 15 e 20 alunos. Ele lista os motivos mais variados para as desistências, desde alunos que não gostaram do curso, até aqueles que pararam de estudar para trabalhar.

Uma estudante de engenharia de alimentos, também no campus de Umuarama, que preferiu não ser identificada, reclamou da dificuldade para concluir o curso devido à retenção por reprovação.

Segundo ela, os alunos não conseguem adiantar matérias quando há reprovação em determinado número de disciplinas. A coordenação do curso, segundo ela, justifica a retenção pela falta de vagas, mesmo com os alunos sabendo das vagas ociosas.

“No 3º ano tem 5 alunos em sala de aula”, estima a jovem.

Entre os colegas dela que deixaram o curso, ela elenca alguns fatores para a desistência: a retenção por reprovação e as greves que acabam atrasando a formação.

“A maioria trancou o curso e foi fazer faculdade particular. Estão quase todos quase se formando”, afirma.

Questionada sobre uma possível ociosidade dos professores, considerando o alto índice de desistência dos estudantes em alguns cursos, a pró-reitora de Ensino da UEM respondeu que a maioria dos professores é responsável por disciplinas em mais de um curso e tem atividades além da sala de aula.

“O contrato dos professores da UEM implica ensino, extensão e pesquisa”, detalha.

Leila destacou ainda que há um período de consolidação de cursos e que a oferta está sempre em análise para adequações, mas afirma que não há nenhuma discussão, atualmente, para o fechamento de cursos.

“Não há nenhuma discussão no sentido de fechamento de curso, estamos analisando o que está acontecendo em cada curso para sentar e pensar nas alternativas”, garantiu.

Engenharia têxtil

Engenharia têxtil, com maior número de vagas ociosas para 2019, tem 33 vagas para o 2º ano, 39 para o 3º e 26 para o 4º ano, um total de 98 cadeiras. No Vestibular de Verão, a concorrência para não cotistas foi de 0,6 candidatos por vaga.

Leila explicou que a UEM é uma das poucas instituições a oferecer a graduação em engenharia têxtil, que tem sede em Goioerê, no noroeste do estado. O curso, segundo a pró-reitora, foi criado a partir de uma demanda da região e considerando o compromisso da universidade com a formação de profissionais.

“É preciso lembrar que o desenvolvimento de um curso e a manutenção dos alunos em um curso também estão relacionados com as questões econômicas e sociais, além das questões da universidade”, detalhou.

Carla Mayumi, de 21 anos, vai cursar o 5º e último ano de engenharia têxtil na UEM neste ano. A jovem faz parte do Programa de Educação Tutorial (PET), o único de engenharia têxtil no país, e afirma que o principal motivo da baixa procura pelo curso é a falta de conhecimento sobre a graduação.

Com população estimada de 28,9 mil habitantes em 2018, Goioerê já foi um polo têxtil do estado e abriga um dos cursos mais antigos de engenharia têxtil do país.

Carla conta que, desde que entrou na universidade, nunca viu uma turma lotada. De acordo com a estudante, da turma que começou com ela, apenas 10 devem terminar a graduação em 2019. Poucos estão atrasados, e a maioria desistiu.

A jovem atribui o alto índice de desistência a um problema comum dos cursos de engenharia, que é o nível de dificuldade dos anos iniciais.

“Os primeiros anos tem muitas matérias básicas como cálculo, química e física e pouca engenharia têxtil”, pontua.

A falta de contato com a engenharia têxtil nos primeiros anos também pode levar algumas pessoas a desistir do curso, acredita Carla. Outro fator apontado por ela é que o curso é integral, o que levam alguns estudantes a optar por cursos noturnos para poder trabalhar durante o dia.

Para tentar atrair mais estudantes, o PET Engenharia Têxtil faz a divulgação do curso nas escolas da cidade. Neste ano, com a chegada de muitos calouros que não tinham

muito conhecimento sobre o curso, o grupo resolveu fazer um trabalho mostrando o trabalho de um engenheiro têxtil na prática, explicando as disciplinas dos últimos anos de graduação e o mercado de trabalho.

“Uns cinco alunos relataram que iam desistir do curso, porque não estavam se identificando, mas depois do que eles conheceram, eles resolveram ficar. Isso para a gente foi extremamente positivo e pretendemos continuar”, relata.

Carla também afirma que o curso tem reconhecimento por parte das empresas do setor têxtil e que a realização do estágio pelos estudantes não é problema. Segundo a jovem, tem uma empresa de Fortaleza (CE) chega a enviar profissionais até Goioerê para recrutar alunos.

Vagas ociosas em outras universidades

Outras universidades do norte do Paraná também fazem processos seletivos para preencher as vagas ociosas.

A Universidade Estadual de Londrina (UEL), ofertou 393 vagas em 35 cursos presenciais de graduação para ingresso a partir de 2019. O edital foi publicado em outubro de 2018, e o resultado da seleção ainda não foi divulgado na página da instituição.

A Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) também ofertou 585 vagas ociosas, em 20 cursos, para este ano. As inscrições terminaram na terça-feira (22).

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Estudantes piauienses relatam dificuldades no site do Sisu no segundo dia de inscrições

Candidatos afirmam só ter conseguido acesso ao sistema horas depois da primeira tentativa e que mesmo conseguindo entrar tiveram problemas para finalizar a inscrição.

Estudantes piauienses relataram dificuldades no site do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) nesta quarta-feira (23), segundo dia de inscrições. O G1 recebeu o relato de candidatos que afirmaram só ter conseguido acesso ao sistema horas depois da primeira tentativa e que mesmo conseguindo entrar tiveram problemas para finalizar a inscrição.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a situação é geral e ocorre devido ao alto número de acessos ao site que gera instabilidade no sistema. O MEC recomendou que os estudantes com dificuldade atualizem a página de inscrição antes de preencher os dados.

O adolescente Gabriel Soares, 17 anos, mora no residencial Mário Covas, Zona Sul de Teresina, e relatou ter passado cerca de 10 horas tentando acessar o site do Sisu. O estudante, que pretende se inscrever no curso de administração, disse que mesmo conseguindo o acesso ainda teve dificuldades para realizar a inscrição.

A jovem Viviane Silva também não conseguiu acessar a página do Sisu relatou ter medo do prazo se encerrar e ela não conseguir finalizar a inscrição no curso de pedagogia. “Medo de ver um esforço de uma vida descendo pelo ralo. A chance de

entrar no meu tão sonhado curso. Estou desesperada”, desabafou.

Nas redes sociais, alguns candidatos também demonstraram revolta com a situação.

Até sexta (25)

As inscrições no Sisu vão até sexta-feira (25) e o resultado será divulgado na segunda-feira (28). O prazo para escolher participar da lista de espera é do dia 28 de janeiro a 4 de fevereiro.

A matrícula deverá ser feita na universidade entre o dia 30 de janeiro ao dia 4 de fevereiro. A convocação da lista de espera está prevista para o dia 7 de fevereiro.

9.354 vagas no Piauí

As três instituições públicas de ensino superior do Piauí estão ofertando mais de 9 mil vagas para ingresso no primeiro semestre letivo de 2019. Os estudantes têm como opção a universidade estadual (UESPI), a universidade federal (UFPI) e o instituto federal (IFPI).

Ao todo serão 9.354 vagas divididas em 232 cursos espalhados por 17 municípios do estado. Um professor e uma psicóloga deram orientações para os candidatos na hora da escolha dos cursos e sobre a mudança na lista de espera.

topo ↕

METRÓPOLIS - TEMPO REAL

Sisu 2019: Mais de 910 mil candidatos em quase dois dias de inscrições

Até as 20h desta quarta, foram registrados 911.309 inscritos e 1.646.168 inscrições.

Candidatos têm até sexta para garantir participação

O Ministério da Educação (MEC) divulgou na noite desta quarta-feira (21/1) o balanço dos primeiros dias de inscrição na edição 2019 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Até as 20h desta quarta, foram registrados 911.309 inscritos e 1.646.168 inscrições, considerando as duas opções de curso.

Apesar da alta procura, esta edição está menos procurada do que a seleção de 2018, quando o sistema levou pouco mais de 18 horas para atingir 1 milhão de inscritos.

Durante o dia, em alguns momentos, houve lentidão do sistema em razão do enorme volume de acessos, que chegaram a 500 mil simultâneos, segundo o MEC. Na terça-feira (22), os acessos simultâneos chegaram ao pico de 350 mil.

A recomendação da área técnica do ministério é para o estudante com dificuldade de acesso atualizar a página de inscrição antes de preencher os dados.

Notas de Corte

As notas de corte de cada curso começaram a ser divulgadas na tarde de terça-feira, em quatro horários: 7h, 12h, 17h30 e 20h. Nas edições passadas, a divulgação ocorria à meia-noite do segundo dia de inscrição, o que pode ter contribuído com as instabilidades verificadas no sistema.

“A divulgação em quatro horários se repetirá até sexta-feira, dia 25. A divulgação da

nota de corte à meia-noite será mantida até quinta-feira, dia 24”, registrou o MEC em nota.

As inscrições no Sisu começaram na terça e podem ser feitas até sexta-feira (25), na página do Sisu. Durante o dia, estudantes reclamaram nas redes sociais da dificuldade em acessar o sistema.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Sisu chega a ter 500 mil acessos simultâneos

No segundo dia de inscrição, nessa quarta-feira (23), o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) chegou a registrar, segundo o Ministério da Educação (MEC), 500 mil acessos simultâneos. O número superou o máximo de acessos ao mesmo tempo no primeiro dia, que foi 350 mil.

Devido ao volume de acessos, o sistema registrou lentidão, de acordo com a pasta. Nas redes sociais, desde terça-feira (22), estudantes reclamam da dificuldade de acessar a página. Eles dizem ainda que o sistema cai antes de confirmar a inscrição.

Até as 20h dessa quarta-feira, 911.309 candidatos haviam concluído a inscrição. A recomendação da área técnica do MEC é que o estudante com dificuldade de acesso atualize a página de inscrição antes de preencher os dados.

As inscrições podem ser feitas até amanhã (25), na página do Sisu. Ao todo, serão ofertadas 235.461 vagas em 129 instituições públicas de todo o país. Podem concorrer às vagas os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação.

Nota de corte

Os estudantes poderão consultar a nota de corte para o curso que desejam, atualizada às 7h, 12h, 17h30, 20h e 0h. Na sexta-feira, não haverá a divulgação a 0h.

Segundo o MEC, a nota de corte é uma estimativa com base nos candidatos inscritos até o momento. Embora não seja uma garantia da vaga, é possível usar a informação para orientar a escolha.

Durante o período de inscrição no Sisu, o candidato pode consultar, em seu boletim, a classificação parcial na opção de curso escolhido. A classificação parcial é calculada a partir das notas dos candidatos inscritos na mesma opção. Trata-se, assim como a nota de corte, de uma referência e não de uma garantia de vaga.

Nesse período, o candidato pode modificar a opção de curso quantas vezes quiser. Será considerada no processo seletivo a última opção confirmada pelo estudante.

Escolhas

Na hora da inscrição, os estudantes podem escolher até duas opções de curso, em ordem de preferência. A principal novidade deste ano é que os estudantes que forem selecionados em qualquer uma das duas opções não poderão participar da lista de espera. Até o ano passado, aqueles que eram selecionados na segunda opção podiam ainda participar da lista e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

O resultado será divulgado no dia 28 de janeiro. A matrícula dos selecionados deve ser feita de 30 de janeiro a 4 de fevereiro.

Do dia 28 de janeiro ao dia 4 de fevereiro, os estudantes que não foram selecionados na chamada regular, em nenhuma das opções, podem manifestar o interesse em participar da lista de espera. Esses alunos serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Editorial do Estadão: A avaliação do ensino superior

Das 2.066 instituições de ensino superior avaliadas em 2017, apenas 35 – o equivalente a 1,6% do total – obtiveram a nota máxima

Na mesma semana em que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) divulgou o Índice Geral de Cursos (IGC) de 2017, um indicador da qualidade das universidades, faculdades e centros universitários, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou um estudo – elaborado a pedido do Ministério da Educação (MEC) – no qual questiona um dos pilares do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Trata-se do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que é aplicado aos formandos dos cursos de graduação. Esses cursos são avaliados a cada três anos. Segundo a avaliação divulgada pelo Inep, das 2.066 instituições de ensino superior avaliadas em 2017, apenas 35 – o equivalente a 1,6% do total – obtiveram a nota máxima, numa escala de 1 a 5. E 278 instituições receberam notas 1 e 2, ficando abaixo do limite de qualidade estabelecido pelo Sinaes.

As áreas dos cursos de bacharelado, licenciatura e tecnologia avaliadas pelo Enade, no ano passado, foram letras, matemática, química, física, ciências sociais, geografia, história, arquitetura, urbanismo, pedagogia, educação física, ciências da computação, ciências biológicas, sistemas de informação e as engenharias. Nessas áreas também estão incluídos cursos de licenciatura de desenvolvimento de sistemas, gestão de produção industrial e tecnologia de informação. Comparada com a última avaliação de todas essas áreas, feita em 2014, a porcentagem de cursos classificados como insuficientes caiu, o que é uma boa notícia.

A notícia ruim foram as críticas ao Enade feitas pela OCDE. Segundo a entidade, as provas do Enade têm falhas gritantes em sua concepção, cobrando habilidades excessivamente genéricas dos estudantes. Além disso, são caras, tendo custado R\$ 118 milhões em 2017. O estudo da OCDE revela ainda que, por causa das falhas na elaboração dos quesitos cobrados dos estudantes, os resultados das provas não podem ser comparados com as edições anteriores do Enade. Assim, em decorrência desse problema, é impossível saber se o nível de qualidade de um curso de graduação melhorou ou caiu ao longo dos anos. “Atualmente, os resultados do Enade são usados como base para decisões regulatórias (como a renovação do credenciamento de um curso de graduação), mas não são usados pelas instituições de ensino e por professores para identificar o que precisam para melhorar em termos de qualidade de seus cursos”, conclui o relatório.

Com base nesse diagnóstico, a OCDE propôs ao MEC uma “profunda reflexão” sobre a continuidade ou não do Enade. E também sugeriu a criação de fontes de informação

novas e mais confiáveis, que ajudem os docentes e suas instituições a aperfeiçoarem seus respectivos cursos. Apesar de ter contratado o estudo, o MEC não se posicionou oficialmente sobre suas conclusões. Mas, nos meios universitários, vários especialistas não apenas consideraram procedentes as críticas e as sugestões da OCDE, como também chamaram a atenção para a necessidade de acabar com um conflito de interesses, pois ao mesmo tempo que o MEC mantém uma rede de universidades federais, ele também regula o setor privado e avalia sua qualidade. “O que se precisa não é de mais burocracia, mas de uma instância normativa e de regulação efetivamente autônoma, que transforme o sistema de avaliação num processo mais leve, que dê autonomia às instituições mais bem avaliadas, que informe melhor aos estudantes sobre o que está ocorrendo e indique os melhores caminhos”, afirma Simon Schwartzman, membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e integrante, no passado, da Comissão de Reforma da Universidade.

Em vez de perder tempo e se desgastar politicamente com estéreis discussões sobre orientações políticas e ideológicas dos currículos, o governo deveria enfrentar o desafio apontado por Schwartzman, se quiser, efetivamente, melhorar a qualidade do ensino superior.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Parceria com Simutec integra simulação em realidade virtual a cursos da Escola de Educação Permanente do Hospital das Clínicas da FMUSP

A inovação e o pioneirismo tomaram conta dos cursos da Escola de Educação Permanente do HCFMUSP (EEP). Junto à Fundação Faculdade de Medicina, ao Hospital das Clínicas e ao Instituto Simutec, ela apresenta um Centro de Treinamento em Realidade Virtual, diferenciado no Brasil.

Este modelo educacional visa o desenvolvimento de cursos de formação, extensão e aperfeiçoamento que atendam a comunidade médica, desde graduandos a médicos que desejem melhorar habilidades, técnicas ou aprofundar conhecimentos, e outros profissionais da área da saúde de todo o território nacional. Tudo isso com equipamentos de última geração, que incluem caixas de habilidades cirúrgicas, Phantoms para Ultrassom e Simuladores de Videocirurgia, Ultrassom, Endoscopia e Angiografia.

"Esse formato educacional não existe no Brasil e a Escola de Educação Permanente será pioneira nesse sentido, em parceria com o Instituto Simutec, que possui cinco anos de experiência em treinamento por realidade virtual em sua Unidade Porto Alegre, já tendo treinado mais de 2.500 alunos, realizado mais de 8.000 treinamentos", explica o diretor de Projetos do Instituto Simutec, Luís Ramon Petrillo.

Uma das metodologias de ensino utilizadas nesse formato inovador será realizada em quatro etapas:

- Plataforma EAD interativa, com vídeo-aulas, questões e discussões;
- Hands-on individual em simuladores de realidade virtual, em laboratório construído na própria EEP;
- Hands-on em modelos humanos, sintéticos e de realidade virtual, com

acompanhamento de profissionais especializados do Hospital das Clínicas;

- Acompanhamento da rotina dos serviços do Hospital das Clínicas, vinculados a cada curso.

Veja como funcionará o ambiente e as atividades nele distribuídas:

Os primeiros cursos a serem lançados, segundo Luís Ramon Petrillo, serão os de Point of Care em Sistema Musculoesquelético, em Emergência e UTI, em Ginecologia, em Obstetrícia, em Ecocardiografia Básica, Avançada e Transesofágica, Cirurgia Transoral e Embolização da Artéria Prostática.

Diretor da EEP, o Prof. Dr. Decio Mion Jr. explica que o convênio reforça a vocação da instituição como gestora do conhecimento do Hospital das Clínicas, credenciada pelo Conselho Estadual de Educação desde 2010. "Há uma tendência de que o ensino seja feito independentemente dos pacientes, e essa parceria com o Instituto Simutec, uma empresa com grande experiência em simulação virtual, possibilita que nossos médicos, residentes e estudantes treinem antes do contato direto com o paciente", conta.

A EEP já contribuiu para a formação de milhares de pessoas - desde sua fundação, foram mais de 50 mil treinamentos destinados a funcionários do complexo e cerca de 5.800 profissionais médicos e não médicos que fizeram especialização. Sua plataforma de Educação à Distância (EaD) já ofereceu 40 mil cursos. Atualmente, há 300 cursos médicos, multiprofissionais e técnicos em vigor. "Esse convênio é mais uma oportunidade para formamos profissionais de alto nível, para que possamos contribuir para a melhoria do ensino em medicina no país", completou Dr. Decio.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Sisu chega a ter 500 mil acessos simultâneos

No segundo dia de inscrição, nessa quarta-feira (23), o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) chegou a registrar, segundo o Ministério da Educação (MEC), 500 mil acessos simultâneos. O número superou o máximo de acessos ao mesmo tempo no primeiro dia, que foi 350 mil.

Devido ao volume de acessos, o sistema registrou lentidão, de acordo com a pasta. Nas redes sociais, desde terça-feira (22), estudantes reclamam da dificuldade de acessar a página. Eles dizem ainda que o sistema cai antes de confirmar a inscrição.

Até as 20h dessa quarta-feira, 911.309 candidatos haviam concluído a inscrição. A recomendação da área técnica do MEC é que o estudante com dificuldade de acesso atualize a página de inscrição antes de preencher os dados.

As inscrições podem ser feitas até amanhã (25), na página do Sisu. Ao todo, serão ofertadas 235.461 vagas em 129 instituições públicas de todo o país. Podem concorrer às vagas os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação.

Nota de corte

Os estudantes poderão consultar a nota de corte para o curso que desejam, atualizada às

7h, 12h, 17h30, 20h e 0h. Na sexta-feira, não haverá a divulgação a 0h.

Segundo o MEC, a nota de corte é uma estimativa com base nos candidatos inscritos até o momento. Embora não seja uma garantia da vaga, é possível usar a informação para orientar a escolha.

Durante o período de inscrição no Sisu, o candidato pode consultar, em seu boletim, a classificação parcial na opção de curso escolhido. A classificação parcial é calculada a partir das notas dos candidatos inscritos na mesma opção. Trata-se, assim como a nota de corte, de uma referência e não de uma garantia de vaga.

Nesse período, o candidato pode modificar a opção de curso quantas vezes quiser. Será considerada no processo seletivo a última opção confirmada pelo estudante.

Escolhas

Na hora da inscrição, os estudantes podem escolher até duas opções de curso, em ordem de preferência. A principal novidade deste ano é que os estudantes que forem selecionados em qualquer uma das duas opções não poderão participar da lista de espera. Até o ano passado, aqueles que eram selecionados na segunda opção podiam ainda participar da lista e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

O resultado será divulgado no dia 28 de janeiro. A matrícula dos selecionados deve ser feita de 30 de janeiro a 4 de fevereiro.

Do dia 28 de janeiro ao dia 4 de fevereiro, os estudantes que não foram selecionados na chamada regular, em nenhuma das opções, podem manifestar o interesse em participar da lista de espera. Esses alunos serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

No MEC, militares devem comandar financiamento, hospitais e ensino superior

Membros das Forças Armadas e até mesmo da reserva remunerada dos bombeiros irão ocupar cargos no MEC (Ministério da Educação) do governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL), ficando responsáveis pelo comando de ações como o financiamento estudantil, a regulação do ensino superior presencial e a distância e o gerenciamento de hospitais universitários federais.

Levantamento realizado pelo UOL aponta que, até esta quarta-feira (23), pelo menos cinco militares foram nomeados para cargos no MEC. Além deles, outros dois devem ter as indicações oficializadas em breve por meio de publicação no Diário Oficial da União.

O coronel Robson Santos da Silva, especialista em ensino a distância e ex-diretor da Abed (Associação Brasileira de Ensino a Distância), foi nomeado assessor especial do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez. Ele é bacharel em ciências militares pela Aman (Academia Militar das Agulhas Negras), onde também estudou o presidente Jair Bolsonaro.

O posto de diretor de política regulatória da Seres (Secretaria de Regulação e

Supervisão da Educação Superior) ficará a cargo do tenente-coronel Marcos Heleno Guerson de Oliveira Junior, que também se formou na Aman.

Dentro da Seres, secretaria que coordena processos burocráticos de regulação do ensino superior, Oliveira Junior auxiliará na implementação de políticas públicas, no aprimoramento das leis que regulam a o ensino privado e na elaboração de referenciais de qualidade para a educação a distância.

Da aeronáutica, o coronel-aviador Ricardo Wagner Roquetti foi nomeado diretor de programa da secretaria-executiva. Uma fonte ouvida pelo UOL sob condição de anonimato afirmou que Roquetti é considerado um dos nomes mais fortes dentro do MEC e deve ter, com o cargo, poder similar ou até mais forte do que o ministro Vêlez.

Roquetti, que foi pró-reitor adjunto do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), trabalhou na equipe de transição do governo.

Ele teria indicado o nome do engenheiro **Anderson Ribeiro Correia** para a presidência da **Capes**, principal agência de fomento à pesquisa do país. Correia, que não tem patente militar, era reitor do ITA até o início deste ano. Ele também foi o orientador da dissertação de mestrado defendida por Roquetti na Unifa (Universidade da Força Aérea) em 2010.

Ainda na secretaria-executiva do MEC, o oficial da reserva não remunerada da Marinha Eduardo Miranda Freire de Melo foi nomeado secretário-executivo adjunto. Em 2017, ele se tornou franqueado da Faculdade Inspirar em Brasília. Em seu currículo, Melo diz ainda ser diretor de um colégio particular de Curitiba.

Já o coronel da reserva remunerada dos bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de gestão de fundos e benefícios do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Blumm, outro ex-integrante da equipe de transição do governo, irá coordenar o financiamento estudantil oferecido pelo Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) e o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), que repassa recursos para as redes públicas de ensino municipais e estaduais.

Ainda há a expectativa pelas nomeações do coronel da reserva Sebastião Vitalino da Silva para a coordenação-geral de materiais didáticos da SEB (Secretaria de Educação Básica), principal cargo responsável pela seleção dos livros didáticos comprados e distribuídos pelo governo, e do general Oswaldo de Jesus Ferreira para a presidência da Ebserh, responsável pelo gerenciamento dos hospitais universitários federais de todo o país.

Promessas de campanha

A militarização do ensino foi promessa de campanha de Jair Bolsonaro. Ainda em 2017, o então candidato afirmou que, se eleito presidente, multiplicaria o modelo de ensino das instituições militarizadas por meio de parcerias com as redes estaduais e municipais. À época, Bolsonaro chegou a afirmar que colocaria um general à frente do MEC.

Durante a campanha, seu vice, o general Hamilton Mourão (PRTB), defendeu a volta da educação moral e cívica e da organização social e política brasileira, disciplinas obrigatórias durante a ditadura militar, para os currículos das escolas.

Em seu plano de governo, Bolsonaro prometeu a existência de um colégio militar em todas as capitais brasileiras até 2021.

Já neste ano e à frente da Presidência da República, um decreto assinado por Bolsonaro que organiza a estrutura do novo MEC estabelece que um dos objetivos da pasta é promover e propor a adesão das escolas municipais e estaduais ao modelo "cívico-militar" de ensino. A adesão a esse modelo aconteceria de forma voluntária.

O mesmo decreto estabeleceu a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Segundo o decreto, a subpasta deve "criar, gerenciar e coordenar programas nos campos didático-pedagógicos e de gestão educacional que considerem valores cívicos, de cidadania e capacitação profissional necessários aos jovens".

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL - TEMPO REAL

Cursos de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul recebem os conceitos mais altos nas avaliações do Ministério de Educação

A qualidade do ensino de Arquitetura e Urbanismo é uma prioridade para o CAU/RS que, desde 2018, desenvolve uma campanha pela qualificação do ensino superior

O Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) anunciaram, no final de 2018, os resultados do Conceito Preliminar de Curso (CPC) 2017 e do Índice Geral de Cursos avaliados da Instituição (IGC) referente ao triênio 2015-2017.

CPC – o Conceito Preliminar de Curso é composto de oito componentes, agrupados em quatro dimensões que se destinam a avaliar a qualidade dos cursos de graduação. Para que um curso tenha o CPC calculado, é preciso que ele possua no mínimo dois estudantes concluintes participantes no Enade. Os insumos usados nos cálculos são:

Desempenho dos estudantes no Enade – Nota do Enade

Valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes – IDD

Perfil do Corpo docente (Regime de Trabalho e Titulação) – Censo Superior

Percepção Discente sobre as Condições do Processo Formativo – Questionário do Estudante no Enade

IGC – Para que uma IES tenha o Índice Geral de Cursos calculado é preciso que ela possua ao menos um curso com estudantes concluintes inscritos no Enade no triênio de referência. É preciso ainda que tenha sido possível calcular o CPC deste(s) curso(s). O IGC é calculado anualmente e leva em conta os seguintes aspectos:

Média dos CPC do último triênio, relativos aos cursos avaliados da instituição;

Média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela **Capes** na última avaliação trienal disponível;

Distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu.

Ambos os conceitos vão de 1 a 5, considerando-se os níveis 4 e 5 indicadores de excelência.

Dos 26 cursos de arquitetura e urbanismo avaliados no Rio Grande do Sul, os oito cursos abaixo obtiveram conceito 4 no CPC e desses, seis obtiveram o conceito IGC acima de 4.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IGC 5)
UFPEl – Universidade Federal de Pelotas (IGC 4)
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria (IGC 4)
Univates – Universidade do Vale do Taquari – Lajeado (IGC 4)
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul – Erechim IGC 4)
IMED – Faculdade Meridional – Passo Fundo (IGC 4)
Ulbra – Universidade Luterana do Brasil – Torres (IGC 3)
Ulbra – Universidade Luterana do Brasil – Santa Maria (IGC 3)

A qualidade do ensino de Arquitetura e Urbanismo é uma prioridade para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RS) que, desde o começo de 2018, desenvolve uma campanha pela qualificação do ensino superior. A constatação de que cursos do estado apresentam desempenho excelente, dentro de uma avaliação nacional, é motivo de grande satisfação.

A listagem completa publicada pelo MEC pode ser encontrada nos seguintes links:

<http://portal.inep.gov.br/igc>

<http://portal.inep.gov.br/cpc>

topo ↗

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

Ministro empossa secretários de Educação Superior e Básica como conselheiros do CNE

Vélez presidiu a primeira reunião do CNE nessa terça-feira, 22 de janeiro

O ministro da Educação, professor Ricardo Vélez Rodríguez, deu posse nesta terça-feira, 22, aos secretários de Educação Superior, Mauro Luiz Rabelo, na Câmara de Educação Superior, e de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida, na Câmara de Educação Básica. O evento ocorreu na sede do Conselho Nacional de Educação (CNE) em Brasília.

“Sei que a colaboração desse conselho para a educação brasileira vai ser muito positiva”, destacou o ministro ao presidir a primeira reunião do Conselho Pleno do CNE. Vélez Rodríguez também destacou a experiência dos novos conselheiros.

Mauro Luiz Rabelo possui graduação, mestrado e doutorado em matemática pela Universidade de Brasília (UnB) (1987) e pós-doutorado pela Universidade de Stanford (1991-1992). É professor da UnB e presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Antes de assumir a Secretaria de Educação Superior (Sesu) do MEC como titular, ocupou o cargo substituto de dezembro de 2016 a janeiro de 2019..

Rabelo foi diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior, entre 2016 e 2019, e decano de Ensino de Graduação da UnB de 2012 a 2016. Rabelo também presidiu o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, em 2014 e 2015, além de ter exercido os cargos de diretor acadêmico e diretor-geral do Centro de

Seleção e de Promoção de Eventos da UnB (Cespe), entre 2003 e 2008.

“Certamente, Mauro vai exercer esse conselho com pareceres e ideias muito bem fundamentadas”, observou o ministro.

Tânia Leme de Almeida é graduada em engenharia agrônoma pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em 2002; mestra em engenharia civil-hidráulica e saneamento pela Universidade de São Paulo (USP), em 2009.

Ela também desenvolveu o Programa de Pós-Doutorado, entre 2009 e 2011, de modo colaborativo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Instrumentação no estudo da aplicação de efluentes, na matéria orgânica do solo, contribuindo para o sequestro de carbono.

“Já nos poucos dias que levamos de trabalho tem dado provas da sua dedicação e da sua produtividade”, ressaltou o ministro.

Fortalecimento

O presidente do CNE, Luiz Roberto Liza Curi, disse que pretende trabalhar para fortalecer a interação entre o MEC e o CNE. “São órgãos inter-relacionados para o processo de construção de políticas públicas educacionais para o bem-estar e para a inclusão da sociedade brasileira ao emprego e ao bem-estar”, disse.

Os secretários de Educação Superior e de Educação Básica do MEC são membros natos do CNE. A cerimônia contou com a presença dos presidentes da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Anderson Ribeiro Correa, e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcos Vinícius Rodrigues, autarquias vinculadas ao MEC. O secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), Marco Antônio Barroso Faria, também participou do evento.

topo 

O BEM DITO - TEMPO REAL

Unipar está com inscrições abertas para mestrado e doutorado

A Unipar está com inscrições abertas para os programas de pós-graduação. São seis opções: mestrados e doutorados em Biotecnologia Aplicada à Agricultura e Ciência Animal com ênfase em Produtos Bioativos e os mestrados em Direito Processual e Cidadania e Plantas Medicinais e Fitoterápicos na Atenção Básica.

Recomendados pela **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, são oferecidos em Umuarama. Todos têm com projeto-pedagógico voltado para atender a demanda e as exigências do mercado de trabalho, e estrutura composta por laboratórios de primeira linha e ambientes especiais de estudo e pesquisa. O corpo docente é formado por professores com alto nível de experiência na área em que atuam.

As inscrições estão abertas e podem ser feitas no site da Unipar, no link da pós-graduação. Para o mestrado e doutorado em Biotecnologia Aplicada à Agricultura são 26 vagas – 16 no mestrado e 10 no doutorado; o prazo de inscrição vai até o dia 15 de fevereiro.

Com o objetivo geral de formar docentes, pesquisadores e profissionais altamente

capacitados para atuar na cadeia produtiva agrícola, conservação da biota regional, o programa oferece três linhas de pesquisa: Biotecnologia aplicada à microbiologia agrícola; Biotecnologia aplicada ao melhoramento vegetal; e Desenvolvimento de produtos e processos e caracterização e preservação de material biológico na biotecnologia agrária.

Mais informações sobre este e os outros programas podem ser obtidas no site ou pelo telefone (44) 3621-2885.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Dislexia é tema de artigo inédito no Brasil

O Projeto Avaliação de Crianças Em Risco de Transtornos de Aprendizagem (ACERTA), financiado pelo Programa Observatório da Educação (OBEDUC), permitiu pesquisas que resultaram em um artigo inédito no Brasil, sobre as bases neurais da dislexia do desenvolvimento em crianças brasileiras.

O artigo, produzido pelo Instituto do Cérebro do Rio Grande do Sul, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (InsCer/ PUCRS), no qual o ex-bolsista Augusto Buchweitz é professor, é o primeiro com dados coletados no Brasil, com neuroimagem funcional sobre a população disléxica e traz dados inéditos referentes ao funcionamento do cérebro da criança com dislexia.

“O cérebro de quem aprende a ler aprende a ficar de prontidão para leitura, enquanto que na dislexia do desenvolvimento, as conexões do cérebro em repouso não envolvem regiões importantes para a leitura”, explica o coordenador.

Projeto

O coordenador explica que o projeto ACERTA foi desenvolvido em rede, com PUCRS, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por meio do Edital CAPES/OBEDUC. O seu objetivo é investigar a aprendizagem da leitura e seu principal transtorno “por meio de uma combinação entre índices de aprendizagem, neuropsicológicos e neurais”.

O ACERTA levou à criação do ambulatório de aprendizagem, que avalia sem custos crianças com dificuldades de leitura, para identificar e diagnosticar aquelas com dislexia do desenvolvimento. Já foram avaliadas mais de 400 crianças que, após analisadas, receberam uma devolução por profissionais da fonoaudiologia, a partir das avaliações de histórico médico, neuropsicologia, leitura e escrita e neuroimagem.

“Esta devolutiva ajuda a informar os pais e a escola sobre a dislexia do desenvolvimento e como melhor lidar com esta dificuldade de leitura que fará parte da vida da criança”, esclarece o coordenador.

Este estudo permite que a ciência sobre a aprendizagem da leitura e dislexia do desenvolvimento no Brasil, não dependa ou limite-se a dados de pesquisas norte-americanas e europeias. “Temos dados nossos, com resultados nossos, referentes a nossa realidade”, destaca o professor.

Futuro

O ACERTA serviu de base para outras propostas e, por meio do Programa Geral de

Cooperação Internacional (PGCI) da **CAPES**, está em rede mundial.

“Graças ao projeto ACERTA e seus resultados e com o apoio da **CAPES**, conseguimos formar uma parceria de pesquisa internacional com os laboratórios Haskins, da Universidade Yale, e seus parceiros”, conta Augusto Buchweitz, que informou estar em andamento pesquisas na PUCRS e em Yale que se utilizam dos mesmos desenhos experimentais, em português e inglês.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Ministro empossa secretários de Educação Superior e Básica como conselheiros do CNE

O ministro da Educação, professor Ricardo Vélez Rodríguez, deu posse nesta terça-feira, 22, aos secretários de Educação Superior, Mauro Luiz Rabelo, na Câmara de Educação Superior, e de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida, na Câmara de Educação Básica. O evento ocorreu na sede do Conselho Nacional de Educação (CNE) em Brasília.

“Sei que a colaboração desse conselho para a educação brasileira vai ser muito positiva”, destacou o ministro ao presidir a primeira reunião do Conselho Pleno do CNE. Vélez Rodríguez também destacou a experiência dos novos conselheiros.

Mauro Luiz Rabelo possui graduação, mestrado e doutorado em matemática pela Universidade de Brasília (UnB) (1987) e pós-doutorado pela Universidade de Stanford (1991-1992). É professor da UnB e presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Antes de assumir a Secretaria de Educação Superior (Sesu) do MEC como titular, ocupou o cargo substituto de dezembro de 2016 a janeiro de 2019..

Rabelo foi diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior, entre 2016 e 2019, e decano de Ensino de Graduação da UnB de 2012 a 2016. Rabelo também presidiu o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, em 2014 e 2015, além de ter exercido os cargos de diretor acadêmico e diretor-geral do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da UnB (Cespe), entre 2003 e 2008.

“Certamente, Mauro vai exercer esse conselho com pareceres e ideias muito bem fundamentadas”, observou o ministro.

Tânia Leme de Almeida é graduada em engenharia agrônoma pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em 2002; mestra em engenharia civil-hidráulica e saneamento pela Universidade de São Paulo (USP), em 2009.

Ela também desenvolveu o Programa de Pós-Doutorado, entre 2009 e 2011, de modo colaborativo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Instrumentação no estudo da aplicação de efluentes, na matéria orgânica do solo, contribuindo para o sequestro de carbono.

“Já nos poucos dias que levamos de trabalho tem dado provas da sua dedicação e da sua produtividade”, ressaltou o ministro.

Fortalecimento – O presidente do CNE, Luiz Roberto Liza Curi, disse que pretende

trabalhar para fortalecer a interação entre o MEC e o CNE. “São órgãos inter-relacionados para o processo de construção de políticas públicas educacionais para o bem-estar e para a inclusão da sociedade brasileira ao emprego e ao bem-estar”, disse.

Os secretários de Educação Superior e de Educação Básica do MEC são membros natos do CNE. A cerimônia contou com a presença dos presidentes da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Anderson Ribeiro Correa, e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcos Vinícius Rodrigues, autarquias vinculadas ao MEC. O secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), Marco Antônio Barroso Faria, também participou do evento.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UDC é uma das mais fortes instituições de ensino superior na região

Centro Universitário UDC é um dos maiores: mais de 110 laboratórios. São 74 opções de cursos em todas as áreas do conhecimento.

Não há dúvidas! A prática também é fundamental para o sucesso no aprendizado. Por ter essa certeza o Centro Universitário UDC busca sempre o diferencial em estrutura e corpo docente. É a maior e mais bem equipada instituição de ensino superior na região. Tem à disposição dos estudantes de todos os cursos, laboratórios específicos e multidisciplinares equipados com as melhores e mais modernas tecnologias do mercado.

As metodologias aplicadas pelos Professores nos laboratórios, permitem que os universitários complementem a forte carga teórica vista em sala de aula, com experiências empíricas e realistas, fato que os aproximam da realidade que irão vivenciar no mercado de trabalho.

O Centro Universitário UDC oferece tecnologia, conhecimento, praticidade e apoio aos estudantes quando o assunto é estrutura. São mais de 70.000 m² de área construída na soma dos espaços.

Divulgação

Engenharias e Arquitetura

Há laboratórios em todas as áreas do conhecimento, o Centro de Estudos e Pesquisas – CEPE, reúne os laboratórios das Engenharias Civil, de Produção, Elétrica e Mecânica e da Arquitetura & Urbanismo. Para se ter uma ideia da qualidade dos laboratórios da UDC, no CEPE encontra-se um dos únicos Pórticos de Reação disponíveis no Paraná.

Direito e Informática

Os estudantes de Direito praticam no Núcleo de Práticas Jurídicas, onde atuam em casos reais sob a supervisão dos Professores.

Entre os Laboratórios de Informática, mais de 600 computadores equipados com o que há de mais moderno, prático e atual, oferece também o Laboratório de Robótica.

Agronomia

Para os Cursos do Campo como Agronomia por exemplo, duas Áreas Experimentais: Chácara das Goiabeiras e Fazenda Amizade, além de uma Casa de Plantas, Laboratórios de Química, Microbiologia, Eletrônica, Usinagem, Metrologia, Materiais Mecânicos e

mais.

Saúde

A prática também é exercida, e com responsabilidade social nas Clínicas Escolas de Psicologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Estética & Cosmética e de Odontologia, a única da região. O Curso de Odonto da UDC é o único do extremo oeste do Paraná. Os estudantes praticam em um ambiente com 18 consultórios completos, equipamentos novos e modernos, possibilitado a todos os estudantes o contato com a realidade.

Todas as Clínicas são amparadas com dezenas de laboratórios específicos para o funcionamento.

Divulgação Divulgação

O Curso de Farmácia oferece aos seus estudantes laboratórios em todas as áreas de atuação do futuro profissional como: Laboratório de Tecnologia Farmacêutica, Cosmetologia e Farmacotécnica, Bioquímica Clínica, Botânica, Controle de Qualidade Farmacêutica, Química e Física, Uroanálise e Parasitologia Clínica, Hematologia e Citologia Clínica e vários outros.

Medicina Veterinária e Ciências Biológicas

Os estudantes acompanham consultas e cirurgias reais na Clínica Escola de Medicina Veterinária. No local, são disponibilizados dois Centros Cirúrgicos completos sem precedentes na região. Além de Laboratórios de Patologia Veterinária, Semiologia, Parasitologia, Sala de Raio X, Sala de Ultrassom, Sala de Recuperação Anestésica, Sala de Anestesia, Farmácia e mais.

Além de Laboratórios multidisciplinares como Laboratório de Anatomia Veterinária e Laboratório de Zoologia Geral e todos do LIMA.

Comunicação

Os cursos de Comunicação oferecem uma emissora de TV, laboratório de Fotografia, Rádio, Web e uma Agência Experimental de Publicidade e Propaganda.

E Muito Mais

Todos colocam as teorias em prática. A UDC Monjolo, por exemplo, possui um amplo laboratório para o Curso de Design de Moda, o Laboratório de Relações Internacionais – LARI e a Cozinha amplamente equipada para o Curso Tecnólogo de Gastronomia.

Os Cursos na área da Educação têm os Laboratórios de Atividades Pedagógicas e Lúdicas. Cursos nas áreas contábeis, Administração.

Nota Máxima

O Centro Universitário UDC é avaliado com nota global 5 pelo MEC! Isso significa que no conceito de avaliação institucional do ministério, com escala que vai de 01 a 05, ficamos com a nota máxima!

UDC é um mundo do conhecimento infinito!

Agende sua prova e faça parte desse universo.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Mestrado em educação indígena da Uepa tem vagas para Santarém; veja edital
Inscrições serão de 15 de fevereiro a 15 de março pela internet. Ao todo são 20
vagas divididas igualmente para Santarém e Marabá.

A Universidade do Estado do Pará (Uepa) publicou o edital para seleção de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Escola Indígena. Estão sendo ofertadas 20 vagas para Santarém e Marabá e as inscrições serão realizadas de 15 de fevereiro a 15 de março.

Veja o edital de mestrado em educação escolar indígena da Uepa
Poderão candidatar-se indígenas portadores de diploma de Licenciatura Plena reconhecido por qualquer órgão oficial brasileiro. As inscrições serão gratuitas e realizadas exclusivamente pela no site da Uepa. O processo seletivo será composto de quatro etapas: prova escrita, avaliação de projeto de pesquisa, avaliação de currículo lattes e entrevista.

O programa terá duas linhas de pesquisas:

Currículo, Modos de Fazer e Avaliação em Educação Escolar Indígena;
Planejamento e Produção de Materiais Didáticos na Escola Indígena.

Assim, das 20 vagas ofertadas serão distribuídas dez para a linha de pesquisa Currículo, Modos de Fazer; e avaliação em Educação Escolar Indígena, sendo cinco vagas para o polo em Santarém e cinco para o polo de Marabá.

As outras dez vagas do Programa serão ofertadas para a linha de pesquisa Planejamento e Produção de Materiais Didáticos na Escola Indígena, sendo também cinco vagas para o polo em Santarém e as outras cinco para o polo de Marabá.

Uepa é a proponente do Programa, mas trata-se de um projeto desenvolvido em associação interinstitucional, tendo auxílio executivo da Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MEC pode abrir caminho para que universidades passem a cobrar mensalidade
Objetivo é incentivar a arrecadação própria e reduzir papel do financiamento da
União na manutenção e investimento das instituições

São Paulo – Com a promessa de aumentar recursos para a educação básica, a equipe do Ministério da Educação (MEC) quer mudar a forma de manutenção financeira das universidades e institutos federais. Entre as propostas mais avançadas estão aquelas que buscam incentivar a busca de fontes alternativas de financiamento, como a possibilidade de uso integral dos recursos próprios – arrecadados por meio de parcerias com prefeituras, governos estaduais e empresas privadas – e a criação de fundos patrimoniais.

O objetivo é incentivar a arrecadação própria para reduzir o papel dos recursos da União na manutenção e investimento nas universidades. Fontes do ministério dizem que, mostrar o potencial de arrecadação própria e dar mais autonomia para o uso desse recurso, seria um caminho para convencer os reitores e a comunidade acadêmica sobre a cobrança de mensalidades. Durante a eleição, a equipe de Bolsonaro já defendia a

cobrança de mensalidade nas universidades federais para alunos de maior renda – uma das bases para a proposta é um documento feito em 2017 pelo Banco Mundial que sugeriu ao Brasil acabar com a gratuidade do ensino superior.

A proposta de mudar a regra para uso de recursos próprios já era estudada pela gestão anterior do MEC e foi recebida com entusiasmo pela nova equipe. As alterações têm de passar pelo Congresso e já haveria disposição de parlamentares. No fim de 2018, o Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara finalizou relatório em que propõe uma nova emenda constitucional para liberar os recursos arrecadados pelas universidades.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) enxerga como positiva a mudança do uso da arrecadação própria, mas teme que a alteração possa resultar em um novo enxugamento de recursos da União para as universidades. Levantamento da Andifes mostra que o orçamento para custeio e investimento caiu de R\$ 9,9 bilhões em 2014 para R\$ 7,7 bilhões no ano passado.

Até 2015, as universidades contornavam a redução de recursos da União com a captação de recursos próprios, como cobrança de aluguel por uso de seus espaços, prestação de serviços, contratos de pesquisa e taxa de matrículas (para cursos de extensão). Com o teto de gastos federais, porém, qualquer “excesso” de arrecadação deve ser usado para abater a dívida pública, ou seja, a instituição de ensino não pode ficar com o recurso.

UnB

Segundo acompanhamento da Andifes, a Universidade de Brasília (Unb) foi a que teve o maior valor de arrecadação própria bloqueado. A reitora Márcia Moura conta que a instituição tinha R\$ 98 milhões poupados nos últimos dez anos com recursos próprios, a maior parte de aluguel de imóveis.

A verba era poupada para que a universidade construísse um prédio e investisse em infraestrutura (troca de computadores, renovação dos livros da biblioteca, etc). No entanto, o recurso foi congelado e só parte dele – R\$ 65 milhões -, liberado em 2018. E a União descontou o mesmo valor que iria repassar. Ou seja, o dinheiro da arrecadação própria teve de ser usado para o pagamento de servidores.

O mesmo aconteceu com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que teve bloqueados R\$ 81 milhões de captação própria por meio de pesquisa. No fim de 2018, R\$ 65 milhões foram liberados. “Mas a União subtraiu o mesmo valor, que tinha sido liberado, do repasse para a folha de pagamento de pessoal, ativo e inativo. Ou seja, o recurso que a gente captou e que tínhamos planejado uma outra destinação, foi obrigatoriamente para pagar os servidores e aposentados”, explica Ricardo Marcelo Fonseca, reitor da instituição.

Relatório elaborado pela Câmara propõe uma nova emenda à constituição para excluir as despesas de instituições federais de ensino, que sejam financiadas por receitas próprias, da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias do governo federal. Ou seja, excluir o recurso próprio do entrave fiscal imposto pelo teto de gastos. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Sisu 2019 agora divulga nota de corte de todos os cursos em 4 horários

As notas de corte do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para todos os cursos começaram a ser divulgadas em quatro horários a partir da edição deste ano. Segundo o Ministério da Educação (MEC), os dados podem ser acessados às 7h, 12h, 17h30 e 20h. Antes, a divulgação ocorria à meia-noite e apenas a partir do segundo dia de inscrição.

As inscrições para o processo seletivo, utilizado por universidades públicas para oferecer vagas a estudantes que realizaram o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), tiveram início nesta terça-feira, 22, e o site do programa apresentou instabilidade.

Em nota, o MEC informou que adotou as medidas para solucionar a lentidão e orientou que os candidatos atualizem a página de inscrição antes de inserir os dados.

O ministério disse que o problema foi causado pelo volume de acessos. “O sistema, que nas edições anteriores, recebia de 25 a 30 mil acessos simultâneos, registrou hoje (ontem, terça) picos de até 350 mil acessos simultâneos.”

Para participar do Sisu, além de ter feito a edição de 2018 do Enem, os candidatos precisam ter alcançado nota superior a zero na prova de Redação. Para a edição do primeiro semestre de 2019, serão ofertadas 235.476 vagas em 129 instituições de ensino superior de todo o País e as inscrições podem ser feitas até as 23h59 desta sexta-feira, 25.

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

Enem : redação encolhe a nota mil

O número de estudantes que gabaritam a prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) está diminuindo drasticamente conforme passam os anos. No comparativo dos últimos seis anos, a quantidade de candidatos que obtiveram a nota máxima (mil pontos) na redação caiu 874,5%. Na última sexta-feira, o Ministério da Educação divulgou que apenas 55 pessoas conseguiram gabaritar a redação do Enem do ano passado — um índice bem menor do que o de 2013, quando 481 candidatos conseguiram obter a nota máxima. De acordo com o ministério, o número de redações nota mil equivaleu a 0,001% dos que fizeram a prova em 2018.

Em contrapartida, o número de candidatos que zeraram a prova de redação do ano passado foi aproximadamente 2.100 vezes maior do que o índice de alunos que gabaritaram o texto.

Ao todo, 112.559 participantes (2,3%) dos 4,1 milhões de concorrentes não conseguiram obter um mísero ponto na redação. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pela prova, os principais motivos que fizeram os alunos zerarem foram: redações entregues em branco (1,12%), fuga do tema proposto (0,77%) e cópia do texto que servia de contexto (0,36%).

As notas zero deste ano, contudo, estão longe de serem um ponto fora da curva, já que em anos anteriores a diferença entre os alunos que zeraram e gabaritaram a redação do Enem também era abissal. Em 2017, por exemplo, 4,7 milhões de provas de redação foram corrigidas. Deste total, 309.157 receberam notas zero (6,5%) e apenas 53 alunos tiveram notas mil, um abismo três vezes maior do que o de 2018. Em 2016, 291.806

alunos (4,9%) obtiveram notas zero e apenas 77 conseguiram a nota máxima de mil pontos, num universo de 6 milhões de exames prestados.

Avaliação

Apesar de a última edição ter registrado uma queda no número de zeros, em relação a 2016 e 2017, isso não significa que houve uma melhora na educação, segundo Marcelo Pavani, coordenador pedagógico do Curso Pré-Vestibular do Colégio e Curso Oficina do Estudante. “O Enem passou a desconsiderar a violação dos direitos humanos como um critério para a eliminação do candidato no ano passado. Ou seja, o aluno pode chegar na prova e escrever que é certo matar todo mundo, por exemplo, e mesmo assim pode obter uma nota alta dependendo de como amarra as suas ideias dentro da redação”, explicou.

Na avaliação do professor de redação do Colégio Objetivo de Campinas, Mateus Leme, os números dos últimos anos, apesar de negativos, não surpreendem, porque corroboram com uma tendência do Enem. Para ele, os resultados negativos observados possuem uma relação direta com a qualidade de ensino que é praticado nas escolas públicas brasileiras. “Muitos estudantes prestam a prova do Enem sem nunca ter tido uma aula sequer de redação na vida. Estudos recentes mostram que a chance de um aluno de escola particular conseguir um bom resultado no Enem é de 25%, ou seja, uma para quatro. Já para os alunos de escola pública, a chance diminui muito: uma boa nota para cada 600 estudantes”, frisou.

Outro ponto citado por Leme, e que corrobora com o fato de poucas pessoas estarem gabaritando a prova, é a fórmula de correção adotada, que segundo ele, é mais rígida do que antes. “A correção do Enem está mais rigorosa do que em anos anteriores. Hoje, se o aluno errar uma vírgula ou um acento agudo a nota dele cai. Além disso, a redação do Enem é corrigida por dois professores diferentes e o aluno só consegue tirar mil pontos se os dois educadores derem a nota máxima para ele. Se um der mil e o outro der 960, a nota final será a média das duas pontuações, por tanto, 980 pontos”, explicou.

Candidatas se destacam entre participantes

Dos 55 participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018 que atingiram a nota 1.000 na redação, 42 são do sexo feminino e 13, do sexo masculino. Elas representam 72%. No Distrito Federal, no Pará, no Rio Grande do Norte, no Ceará e em Sergipe, por exemplo, somente mulheres atingiram nota 1.000 na redação. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou um levantamento inédito com a origem, o sexo e a idade dos 55 participantes que alcançaram a nota máxima na dissertação. Do total dos candidatos, 33 são da região Sudeste, sendo 14 de Minas Gerais e 14 do Rio de Janeiro. Há ainda quatro de São Paulo, das cidades de Cotia, Franca, Pederneiras e Rio Claro. A região Nordeste tem 14 dos melhores textos, com representantes das cidades de Fortaleza (CE), Santa Quitéria (CE), Imperatriz (MA), Guarariba (PB), Teresina (PI), Natal (RN), Ipanguaçu (RN) e Aracaju (SE). (Estadão Conteúdo)

SISU

As inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) começaram ontem e vão até as 23h59 da sexta-feira, 25. Para a edição do primeiro semestre de 2019, serão ofertadas 235.476 vagas em 129 instituições de Ensino Superior de todo o País, segundo o Ministério da Educação (MEC). O processo seletivo, aplicado desde 2010, é o

mecanismo utilizado por universidades públicas para oferecer vagas a estudantes que realizaram o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Além de ter feito a edição de 2018 do exame, os candidatos precisam ter alcançado nota superior a zero na prova de redação.

SAIBA MAIS

O coordenador do Colégio e Curso Oficina do Estudante, Marcelo Pavani, ressalta que a atenção às notas de corte parciais, divulgadas previamente, ao desempenho no Enem acerca das disciplinas correspondentes à graduação pretendida e às listas de espera, são fundamentais para o planejamento do aluno. “Cada universidade atribui um peso à performance obtida no Enem. Caso haja 35 oportunidades para o curso de arquitetura, em uma determinada universidade, e 45 pessoas resolvam disputá-las, o fator de decisão será o alto rendimento. Somente as melhores notas no Enem atingirão o objetivo”, afirmou.

Moradora do Ouro Verde obtém 960 pontos no texto

A estudante campineira Júlia Ramos de Barros Candido, de 19 anos, por muito pouco não conseguiu alcançar a nota mil na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A jovem moradora do bairro Jardim Adhemar de Barros, na região do Ouro Verde, obteve 960 pontos e ficou a 40 de se tornar um membro do seletor grupo de 55 candidatos que conquistaram o feito de gabaritar a redação, entre 4,1 milhões de textos corrigidos. O tema do teste foi sobre a “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”.

Ela confessou que não esperava pela nota alta, principalmente porque achou o tema difícil. “Eu achei a redação muito complicada para ser sincera, porque não dava para entender qual era a real intenção do tema no começo. Eu fiquei muito nervosa, mas parei; pensei em tudo que já havia passado para estar ali; respirei fundo e comecei a ler de novo os textos motivadores, antes de começar a circular as palavras-chave que poderiam me ajudar. Isso me deu mais confiança para fazer uma boa redação”, disse.

Além do controle emocional, a estudante — que espera o resultado da segunda fase da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para saber se será ou não aluna de odontologia em 2019 — relacionou o resultado obtido à boa formação que teve durante o cursinho. Ela revelou ainda que as técnicas que desenvolveu para prestar a prova foram fundamentais. “Quando se trata de Enem, o tema da redação é algo que causa um frio na barriga de todo vestibulando. Para poder ter um bom desempenho, eu pesquisei (na internet) textos que tiraram nota mil em edições anteriores do Enem e busquei manter o padrão daqueles textos nas minhas redações”, contou.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Nomeação do novo presidente do Inep é publicada no Diário Oficial

Marcus Vinícius Carvalho Rodrigues foi nomeado nesta terça-feira (22) presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia do Ministério da Educação (MEC), que tem como responsabilidade a elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A nomeação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Em nota, o Inep informa que o novo presidente participou da transição do governo desde dezembro de 2018 e a partir do início de janeiro atua no instituto na montagem da

equipe, e que pretende "melhorar a qualidade, aumentar a confiança e diminuir os custos para que o Inep consolide sua excelência em avaliação, estatísticas e estudos educacionais".

Marcus Vinícius tem 63 anos, é cearense, e já atuou como executivo, consultor organizacional, palestrante e professor em cursos de pós-graduação (MBA, Mestrado e Doutorado). É autor de 11 livros sobre gestão e análise organizacional, qualidade e produtividade, dentre eles Qualidade de Vida no Trabalho e Ações para a Qualidade.

É doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); especialista (MBA) em Formação de Executivos pela Universidade dos Correios; e bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

O Inep é responsável por subsidiar a formulação de políticas educacionais federais. Conduz avaliações nacionais, exames e produz indicadores da educação básica e superior. É responsável ainda pela elaboração de estatísticas educacionais, por ações internacionais, além de produção e disseminação de conteúdos de educação.

topo ↕

O LIBERAL - PA - PANORAMA ECONÔMICO

A educação brasileira diante do espelho

Vivemos em um país enorme cujas fronteiras delimitam muito mais do que território. Delimitam populações com culturas, tradições e desafios tão diversos que não há quem questione o fato de termos diversos Brasis dentro do Brasil.

Em um contexto tão amplo e diversificado, desenvolver políticas públicas que atendam a todos de forma indistinta, como preconiza a nossa Carta Magna, não é uma tarefa simples. Qualquer recorte que se pegue envolve milhões de pessoas. Por exemplo, apenas no universo da educação superior o país tem mais de 8,2 milhões de estudantes, quase a população de Israel, nação que se destaca por sua capacidade de inovação e que tem 8,4 milhões de habitantes.

A realização de ações e programas voltados para um público tão grande e distinto não seria possível sem o amparo de dados e análises de qualidade. São necessárias informações que apontem o norte na busca pela melhoria do bem-estar da população e do progresso do país como um todo.

Nesse cenário o trabalho desenvolvido pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tem sido de extrema relevância. Hoje, sabemos exatamente quantos alunos estão nas salas de aula e o perfil deles; quantas e onde estão as instituições de educação superior brasileiras; a quantidade e o grau de formação dos nossos docentes; e outros diversos dados.

São números que, associados a muitos outros, nos permitem não só conhecer a realidade, mas ir além. Por meio deles é possível dimensionar desafios e necessidades que estão apresentadas, mas que muitas vezes ficam escondidas entre um dado e outro. Uma análise detalhada dos dados nos convida a extrair deles soluções ou alternativas capazes de contribuir para o equacionamento da relação entre demanda e oferta; entre anseios e possibilidades; entre onde estamos e onde queremos chegar.

Por exemplo, dados recentes do IBGE mostram que pessoas com educação superior completa possuem rendimento médio aproximadamente 3 vezes maior do que o daquelas com ensino médio completo, Apesar disso, apenas 17% dos jovens adultos brasileiros, com idades entre 25 e 34 anos, possuem graduação.

As estatísticas que relevam esse cenário também indicam o quanto estamos distantes de atingir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Para alcançar a taxa bruta de matrículas estipulada na meta 12 é preciso que o número de novas matrículas cresça 4,8% ao ano até 2024. Para atingir a taxa líquida o desafio é ainda maior: sem o crescimento de 8,1% ao ano nas matrículas não conseguiremos garantir 33% da população de 18 a 24 anos matriculada na educação superior.

A transformação de números aparentemente frios em análises que permitam confrontar a realidade com as necessidades; mapear tendências; e discutir políticas públicas é algo que contribui não só para a elaboração de ações necessárias e adequadas à realidade do país, mas também para a abertura de caminhos que podem ser trilhados por setores estratégicos, como o particular de educação superior, de modo a cooperarem para o êxito da política governamental.

Nesse sentido, em evento recente realizado na sede da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), o Inep confrontou as instituições particulares de educação superior com estatísticas do Censo 2017 associadas a resultados da educação básica em avaliações de desempenho e do censo desse nível educacional.

Em síntese, a intersecção de dados feita pelo Instituto evidenciou a relação entre o baixo desempenho dos estudantes da educação básica com a carência de professores formados para atuar na disciplina que lecionam. Nos últimos anos do ensino fundamental, apenas 62,5% dos professores de língua portuguesa e 50% dos docentes de geografia são graduados nas respectivas áreas.

Diante dessa realidade o Inep provocou as instituições de educação superior a ofertarem mais vagas em áreas específicas da literatura, o que exclui Pedagogia. Entretanto, na contramão dessa necessidade está a realidade enfrentada cotidianamente por professores, que precisam superar obstáculos que vão desde baixas remunerações até a falta de material para trabalhar e o desrespeito por parte de alunos.

Pesquisa realizada em 35 países, pela Varkey Foundation, constatou que o Brasil é a nação que menos prestigia seus docentes. Aqui, apenas 9% das pessoas acham que os alunos respeitam os educadores em sala de aula e 88% consideram a profissão de professor como sendo de "baixo status".

Enquanto esse for o cenário que aguarda profissionais que dedicam três ou quatro anos de suas vidas a uma graduação, o setor particular de educação superior pode ofertar quantas vagas forem que o problema não será resolvido. O entrave não está na oferta, mas na demanda.

A carência de professores qualificados para atuar em sala de aula não é novidade. Há tempos os dados evidenciam essa realidade, assim como tantas outras. Apesar disso, nas

últimas décadas pouco foi efetivamente feito para mudar esse panorama.

Como afirmei antes, dados e estatísticas descortinam cenários ocultos, mas também jogam luz sobre realidades e necessidades que muitas vezes relegamos a segundo plano. Entretanto, como evidenciam os números apresentados pelo Inep e tantos outros que ajudam a mapear o nosso país, se governos e sociedade civil não construírem soluções conjuntas não existirão saídas possíveis.

O setor particular de educação superior nunca se furtou a trabalhar de forma conjunta com o governo de modo a contribuir para a construção da nação mais educada e desenvolvida que todos almejamos.

Entretanto, nesse caso específico, a solução exige que antes de qualquer coisa sejam desenvolvidas políticas públicas de estímulo à carreira docente. Só assim será possível equalizar a relação entre oferta e demanda por professores nas escolas brasileiras. Não há alternativa.

Janguê Diniz é doutor em Direito, fundador e presidente do Conselho de Administração do grupo Ser Educacional

topo ↕

O POPULAR - GO - EDUCAÇÃO

Conselho busca entender aplicação do Fundeb em Goiás

EDUCAÇÃO Organização que acompanha empenho de recurso destinado ao ensino diz que verba deveria estar na conta do fundo em dezembro

Membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Cacs-Fundeb) afirmam que o valor que deveria constar na conta do fundo em dezembro de 2018 seria suficiente para pagar a folha salarial em atraso. Os integrantes do conselho buscam repostas sobre o que foi feito com a quantia e reclamam da falta de transparência. A Secretaria Estadual de Educação (Seduc) não respondeu às perguntas da reportagem até a noite de ontem.

Em reunião extraordinária do conselho convocada para a tarde de ontem, os participantes discutiram a polêmica sobre o pagamento do salário dos servidores estaduais do mês de dezembro, que ainda não foi repassado e ainda foi informado que ele será pago parcelado. A presidente do Cacs-Fundeb, Gene Maria Vieira Lyra Silva diz que a análise realizada na reunião foi feita com base nas informações que constam nos portais da transparência da Seduc e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A presidente destaca que é clara a falta de informações consistentes. "Existe muita diferença nas informações prestadas. Pedimos os dados referentes ao ano de 2018, mas até agora só tivemos acesso até outubro. Então, buscamos as informações repassadas pela própria Seduc ao FNDE para fazer a análise nesta reunião", explica.

Na reunião, a contadora e analista contábil Josenilda Ribeiro da Silva demonstrou, com os dados online do FNDE, que em 31 de dezembro de 2018 deveria haver R\$ 1,9 bilhão na conta do Fundeb goiano. Este valor estava informado, inclusive, nos extratos do Banco do Brasil, que também foram acessados ao vivo pela analista. Ela explicou que neste montante não constavam receitas de aplicações financeiras e outros recursos

referentes à gastos exclusivos da educação, como o salário escola.

A contadora ressaltou em planilha disposta pela Seduce no portal da transparência, que a folha acumulada no último dia do ano seria de R\$ 1,7 bilhão. "Desta forma, o que percebemos é que o valor que deveria constar na conta, além de quitar a folha ainda deixaria em caixa mais de R\$ 200 milhões", diz. Ela reforça que estes valores repassados pelo Fundeb devem ser aplicados exclusivamente em educação, inclusive na folha de pagamento.

A informação do valor total do custo da folha de dezembro foi questionada pela representante da Seduce na reunião, que disse que o total seria maior porque é o mês em que se paga o 13º salário dos contratados. Mas ela não informou o valor oficial. Os representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego) também participou da reunião e afirmaram que os professores são contrários ao parcelamento do salário, já que existiria este valor para pagar a folha.

A presidente do Cacs-Fundeb diz que o conselho foi informado que o pagamento não havia sido realizado por falta de empenho do valor. "Mas isso não faz sentido. Se o dinheiro está lá, é só fazer o empenho e efetuar o pagamento. Mas não conseguimos informações de nada", diz. A analista contábil Josenilda Silva reforça que deveria ser obrigação do Estado manter as informações encontradas nos sites federais atualizados. "Nosso levantamento é feito com base nas informações prestadas por fontes oficiais para fontes oficiais. Não deveria haver divergência. Se há, existe algo errado", avalia.

Representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uneme), Elcivam França diz que, agora, o conselho encaminhará pedidos de informações e providências para o Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado. "Precisamos que esta diferença seja esclarecida. É preciso saber onde está este dinheiro e se foi empregado da maneira correta", reforçou.

MOBILIZAÇÃO

Desde o começo do ano, servidores da educação se mobilizam para discutir o atraso no pagamento da folha e para questionar o motivo do dinheiro do Fundeb não ter sido aplicado neste fim. O POPULAR mostrou no dia 8 de janeiro que, em conversa com a reportagem, a secretária de Educação, Fátima Gavioli, alegou que existe uma grande confusão em achar que o dinheiro do Fundeb seria suficiente para pagar a folha.

Segundo ela disse ao POPULAR na data, o valor total do repasse federal, que é composto por parcelas de direito dos Estados e arrecadadas em impostos, não chega nem próximo de quitar a folha. Diante da situação, frisou ela, cabe ao Estado desembolsar a parcela mais significativa do que é pago aos professores. E o contexto atual é de falta de previsão e dinheiro para pagar a folha.

Depois da reunião do Cacs-Fundeb, na tarde de ontem, foram enviadas questões para a Seduce sobre o valor da folha salarial em dezembro e sobre o valor em caixa do Fundeb na data e se ele seria suficiente para o pagamento da folha. Também foi questionado se o valor foi gasto com outra finalidade, mas até o fechamento desta edição as perguntas não foram respondidas. A justificativa foi que o questionamento precisaria aguardar outras demandas que estavam na frente e que deveriam ser respondidas antes.

topo ↕

O POPULAR - GO - EDUCAÇÃO

Ministério da Educação antecipa notas de corte sisu

Os estudantes que acessaram a página do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) na tarde de ontem já puderam ver as notas de corte de cada curso. A informação geralmente é divulgada somente no segundo dia de inscrição, após meia-noite.

As notas de corte podem ser acessadas na parte pública do site, basta fazer uma busca pelo curso desejado. Estão disponíveis as notas para cada uma das modalidades de inscrição, ampla concorrência e ações afirmativas.

As inscrições começaram ontem e podem ser feitas até a próxima sexta-feira (25), na página do Sisu. Ao todo, serão ofertadas 235.461 vagas em 129 instituições públicas de todo o País. Podem concorrer às vagas os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação.

Durante o dia, estudantes reclamaram nas redes sociais da dificuldade em acessar o sistema. "Desde de as 9 horas da manhã estou tentando acessar o site do Sisu e não consigo", diz uma usuária do Twitter. "Entrar no site do sisu é outra prova impossível", diz outra.

Em nota, o Ministério da Educação (MEC) diz que o sistema do Sisu registrou uma lentidão na manhã deste primeiro dia de inscrições "devido ao grande número de acessos". A pasta afirma que o sistema "está em processo de normalização até o final do dia". Até as 12 horas, foram realizadas 441.157 inscrições. (Agência Brasil)

[topo](#)

DIÁRIO X - TEMPO REAL

MS tem novo mestrado em Ensino de Ciências e Matemática aprovado pela Capes Curso de pós-graduação é oferecido pela Uniderp e marca avanço da pesquisa no estado

Mato Grosso do Sul ganhou um novo Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática, aprovado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** - órgão do Ministério da Educação (Mec). Oferecido pela Uniderp, o programa é acadêmico e pretende disponibilizar capacitação científica e tecnológica aos profissionais que atuam na formação de educadores e em situações de ensino dentro e fora da escola, bem como, na concepção de produtos que contribuam para o ensino e aprendizagem de qualidade. "O curso de pós-graduação em Stricto sensu reflete mais um investimento para o avanço da pesquisa no Estado", considera o reitor da universidade, Taner Bitencourt.

Para a coordenadora do Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática, professora doutora Luciana Paes, o curso vem incentivar o aperfeiçoamento de profissionais da educação. De acordo com o ranking da **Capes**, as regiões Norte e Centro-Oeste, excluindo o Distrito Federal, possuem os índices mais baixos de matriculados na pós-graduação. "É um curso que ajudará a aumentar o número de estudantes de pós-graduação no Estado, ampliando a qualidade do ensino e da aprendizagem, impactando positivamente na Educação", avalia Luciana.

Entre os objetivos do curso está o de discutir a formação científica e tecnológica na

capacitação dos profissionais da Educação e também investigar práticas pedagógicas, produção e utilização de materiais didáticos diversos, como textos, equipamentos, experimentos, jogos, vídeos e softwares. "Queremos formar professores pesquisadores que utilizem de forma crítica, criativa e inovadora as tecnologias digitais de informação e comunicação e também debater e investigar as políticas educacionais relativas ao Ensino de Ciências e Matemática e à formação de docentes para essas áreas", esclareceu Luciana.

Serão duas linhas de pesquisa na área de concentração Ensino de Ciências, Matemática e Tecnologias Educacionais. A primeira, "Educação Científica e Uso de Tecnologias nos Espaços de Ensino e Aprendizagem", será focada na verificação dos processos metodológicos, suas linguagens, o uso de tecnologias e a apropriação desses elementos em situações de ensino e de aprendizagem, entre outros aspectos. A segunda, "Formação e Prática Docente no Ensino de Ciências e Matemática", se voltará à formação inicial e continuada de professores para o ensino de Ciências e Matemática, pretendendo desenvolver estudos sobre o processo de ensino e as experiências e práticas na atuação da docência.

Inscrições

Podem se candidatar ao programa portadores de diploma universitário nas licenciaturas e bacharelados com formação ou atuação na área de Educação, abrangendo qualquer área do conhecimento. Interessados devem se inscrever até 8 de fevereiro, pelo portal <http://www.pgsskroton.com.br/uniderp/>, onde também é possível ter acesso ao edital.

No processo de seleção há prova de conhecimento específico, análise do curriculum lattes, análise do plano de trabalho na linha de pesquisa pretendida e avaliação oral. As aulas começam em 15 de março, com encontros todas as sextas e sábados em período integral, na Uniderp Agrárias, situada na rua Alexandre Herculano, 1.400, no bairro Taquaral Bosque. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone 3309-6565.

Contatos para a imprensa:

Weber Shandwick

<http://www.webershandwick.com.br/>

Twitter/ Facebook / Youtube: Weber Shandwick Brasil

PABX: (11) 3027.0200

Celulares: (67) 98222.0000 / 98118.9590

Fonte: Assesoria

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

A avaliação do ensino superior

Segundo a OCDE, as provas do Enade têm falhas gritantes em sua concepção, cobrando habilidades excessivamente genéricas dos estudantes

Na mesma semana em que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) divulgou o Índice Geral de Cursos (IGC) de 2017, um indicador da qualidade das

universidades, faculdades e centros universitários, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou um estudo – elaborado a pedido do Ministério da Educação (MEC) – no qual questiona um dos pilares do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Trata-se do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que é aplicado aos formandos dos cursos de graduação. Esses cursos são avaliados a cada três anos. Segundo a avaliação divulgada pelo Inep, das 2.066 instituições de ensino superior avaliadas em 2017, apenas 35 – o equivalente a 1,6% do total – obtiveram a nota máxima, numa escala de 1 a 5. E 278 instituições receberam notas 1 e 2, ficando abaixo do limite de qualidade estabelecido pelo Sinaes.

As áreas dos cursos de bacharelado, licenciatura e tecnologia avaliadas pelo Enade, no ano passado, foram letras, matemática, química, física, ciências sociais, geografia, história, arquitetura, urbanismo, pedagogia, educação física, ciências da computação, ciências biológicas, sistemas de informação e as engenharias. Nessas áreas também estão incluídos cursos de licenciatura de desenvolvimento de sistemas, gestão de produção industrial e tecnologia de informação. Comparada com a última avaliação de todas essas áreas, feita em 2014, a porcentagem de cursos classificados como insuficientes caiu, o que é uma boa notícia.

A notícia ruim foram as críticas ao Enade feitas pela OCDE. Segundo a entidade, as provas do Enade têm falhas gritantes em sua concepção, cobrando habilidades excessivamente genéricas dos estudantes. Além disso, são caras, tendo custado R\$ 118 milhões em 2017. O estudo da OCDE revela ainda que, por causa das falhas na elaboração dos quesitos cobrados dos estudantes, os resultados das provas não podem ser comparados com as edições anteriores do Enade. Assim, em decorrência desse problema, é impossível saber se o nível de qualidade de um curso de graduação melhorou ou caiu ao longo dos anos. “Atualmente, os resultados do Enade são usados como base para decisões regulatórias (como a renovação do credenciamento de um curso de graduação), mas não são usados pelas instituições de ensino e por professores para identificar o que precisam para melhorar em termos de qualidade de seus cursos”, conclui o relatório.

Com base nesse diagnóstico, a OCDE propôs ao MEC uma “profunda reflexão” sobre a continuidade ou não do Enade. E também sugeriu a criação de fontes de informação novas e mais confiáveis, que ajudem os docentes e suas instituições a aperfeiçoarem seus respectivos cursos. Apesar de ter contratado o estudo, o MEC não se posicionou oficialmente sobre suas conclusões. Mas, nos meios universitários, vários especialistas não apenas consideraram procedentes as críticas e as sugestões da OCDE, como também chamaram a atenção para a necessidade de acabar com um conflito de interesses, pois ao mesmo tempo que o MEC mantém uma rede de universidades federais, ele também regula o setor privado e avalia sua qualidade. “O que se precisa não é de mais burocracia, mas de uma instância normativa e de regulação efetivamente autônoma, que transforme o sistema de avaliação num processo mais leve, que dê autonomia às instituições mais bem avaliadas, que informe melhor aos estudantes sobre o que está ocorrendo e indique os melhores caminhos”, afirma Simon Schwartzman, membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e integrante, no passado, da Comissão de Reforma da Universidade.

Em vez de perder tempo e se desgastar politicamente com estéreis discussões sobre orientações políticas e ideológicas dos currículos, o governo deveria enfrentar o desafio apontado por Schwartzman, se quiser, efetivamente, melhorar a qualidade do ensino superior.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Secretaria de Educação vai transferir R\$ 67,7 milhões para escolas públicas Recursos do Programa de Descentralização podem ser usados de diversas maneiras, como na compra de materiais e contratação de serviços de manutenção

A Secretaria de Educação deve transferir, neste semestre, R\$ 67,7 milhões para os 693 centros de ensino da rede pública pelo Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), criado para aumentar a autonomia das diretorias das unidades. Uma fatia do montante, equivalente a R\$ 5,6 milhões, refere-se à dívida do governo antecessor, que não realizou os repasses da segunda parcela do programa de 2018 para 220 escolas, apesar do recebimento da documentação exigida pela legislação, segundo o alto escalão do governador Ibaneis Rocha (MDB) — o pagamento desse débito começou ontem e deve ser finalizado na sexta-feira.

De acordo com a Secretaria, o governo de Rodrigo Rollemberg (PSB) descumpriu a lei do programa, que veda “o contingenciamento ou bloqueio dos recursos consignados para o PDAF” na Lei Orçamentária Anual (LOA). Titular da pasta, Rafael Parente afirmou que havia recebido a garantia do antecessor de que a situação estaria regularizada ao fim da transição, o que não aconteceu. “Alguns diretores de escolas entraram em contato, desesperados, porque haviam contraído dívidas do último exercício e precisavam iniciar a compra de materiais pedagógicos deste ano letivo, que começa em 11 de fevereiro”, contou. O Correio tentou contato com o ex-secretário de Educação Júlio Gregório e o ex-secretário de Fazenda, Wilson de Paula, mas não obteve retorno.

Ao todo, apenas 211 colégios que entregaram a documentação até 31 de outubro de 2018 receberam os recursos. Outras 267 unidades da rede pública não embolsaram os valores, porque não disponibilizaram as informações ao governo no prazo. Para esses casos, a Secretaria de Educação estuda uma fórmula específica a fim de não comprometer o serviço prestado à comunidade. “Ao lado da Secretaria de Fazenda, analisamos a possibilidade de criar uma terceira parcela do PDAF para contemplá-las, mas os recursos que seriam destinados ainda não estão consolidados”, completou Parente.

Os recursos do Programa de Descentralização podem ser usados de diversas maneiras, como na compra de materiais de consumo ou permanentes, contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e no pagamento de despesas com água, esgoto, energia elétrica, telefonia fixa, banda larga e gás.

Repasses

A parte remanescente da cifra, que totaliza R\$ 62,1 milhões, é relativa ao pagamento da primeira parcela de 2019 do PDAF. De acordo com o governo, isso representaria a maior fatia paga desde a criação do programa, em 2017 — no último ano, o primeiro repasse ordinário totalizou R\$ 61.035.013,52.

O governo espera publicar, até o fim da semana, a portaria que define os critérios para a

distribuição dos recursos entre as escolas. Após essa etapa, as unidades de ensino precisam entregar a documentação exigida por lei e realizar a requisição dos valores, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI). À medida que a Secretaria de Educação receber os processos, os pagamentos serão efetuados pela Subsecretaria de Administração Geral (Suag). Os repasses começarão antes do início do ano letivo.

De acordo com a lei do PDAF, a verba deve ser repassada aos colégios até o 20º dia após a publicação da programação orçamentária e financeira do exercício. Neste ano, a sanção ocorreu em 9 de janeiro. As escolas de educação básica recebem valores maiores do que as escolas técnicas devido ao quantitativo de alunos frequentes, bem como materiais necessários.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Sisu 2019: notas de corte serão divulgadas em quatro horários

Ministério da Educação informou que medidas foram tomadas para resolver lentidão no sistema

O Ministério da Educação informou em nota divulgada na noite desta terça-feira (22/1) que foram adotadas todas as medidas para resolver a lentidão no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A pasta comunicou ainda que as notas de corte de cada curso serão divulgadas em quatro horários.

Nesta tarde, o ministério divulgou as notas de corte de cada curso. No comunicado desta noite, a pasta informou que está sendo testada nesta edição a divulgação da nota de corte para todos os cursos em quatro horários: 7h, 12h, 17h30 e 20h.

Nas edições passadas, a divulgação ocorria à meia-noite do segundo dia de inscrição. “A divulgação em quatro horários se repetirá até sexta-feira, dia 25. A divulgação da nota de corte à meia-noite será mantida até quinta-feira, dia 24”, diz a nota.

As inscrições no Sisu começaram nesta terça e podem ser feitas até sexta-feira (25), na página do Sisu. Durante o dia, estudantes reclamaram nas redes sociais da dificuldade em acessar o sistema.

Instabilidade

Segundo o Ministério da Educação, a instabilidade foi causada por um grande “volume de acessos espontâneos na rede do MEC. O sistema, que nas edições anteriores recebia de 25 a 30 mil acessos simultâneos, registrou hoje picos de até 350 mil acessos simultâneos”.

Se o estudante estiver com dificuldade em acessar, a recomendação é que atualize a página de inscrição antes de preencher os dados.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Educação : Desafios do novo governo

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, coloca, de maneira acertada, a educação básica como prioridade. Por outro lado, temas como Escola sem Partido e identidade de gênero tomam conta de boa parte da mídia educacional, e parece fazer parte da agenda do atual Ministério da Educação. Entendo que a escola pública deva ser laica, tanto no aspecto político como no religioso, a que se refere mais diretamente tal termo. Contudo, todas essas questões absorvem muita energia, enquanto 55% das nossas crianças, no 3º ano do

Ensino Fundamental, boa parte delas com 9 anos de idade, não sabem ler, contar e escrever adequadamente.

A oferta da educação básica é de responsabilidade direta dos estados e dos municípios; conseqüentemente, isso vai exigir do Ministério da Educação (MEC) um trabalho em colaboração para o enfrentamento dessas e de outras questões igualmente relevantes, como a continuidade da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sem falar na formação de professores para esse novo currículo.

Ao colocar acertadamente, como disse, a educação básica como prioridade, e, pelo que já li, muito na linha do enfrentamento dos baixos índices de aprendizagem escolar, o ministro Vêlez vai precisar de um esforço nacional que inclua as universidades. Como sabemos, a qualidade do professor é o fator mais importante para alavancar a melhora da aprendizagem – e quem forma os professores são as universidades. Se não mudar a formação, não avançaremos.

Adicionalmente, o país precisa trazer a educação do século XXI para as nossas escolas. Não me refiro aqui aos recursos tecnológicos, como internet, banda larga e tablets. No mundo atual, isso representa apenas o ponto de partida, e não de chegada. Refiro-me a uma educação capaz de desenvolver as competências exigidas pelo novo mundo do trabalho, tais como criatividade, pensamento crítico, abertura ao novo, colaboração e comunicação, entre outras. Refiro-me, portanto, à oferta de uma educação plena na própria concepção posta no artigo 205 da Constituição Federal: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Costumo dizer que a educação brasileira é como um espadachim que precisa esgrimir com os dois braços: um deles para resolver questões do passado ainda não resolvidas, como a alfabetização das nossas crianças até os 7 anos de idade; o outro para trazer a educação do século XXI para as nossas escolas.

O MEC, os estados e os municípios terão grandes desafios pela frente: precisam agora definir onde vão colocar suas energias para mudar de fato a educação deste país.

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Notas de corte do Sisu serão divulgadas em quatro horários

O Ministério da Educação informou em nota divulgada na noite de hoje (22) que foram adotadas todas as medidas para resolver a lentidão no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O ministério comunicou ainda que as notas de corte de cada curso serão divulgadas em quatro horários.

Nesta tarde, o ministério divulgou as notas de corte de cada curso. No comunicado desta noite, pasta informou que está sendo testada nesta edição a divulgação da nota de corte para todos os cursos em quatro horários: 7h, 12h, 17h30 e 20h. Nas edições passadas, a divulgação ocorria à meia-noite do segundo dia de inscrição. “A divulgação em quatro horários se repetirá até sexta-feira, dia 25. A divulgação da nota de corte à meia-noite será mantida até quinta-feira, dia 24”, diz a nota.

As inscrições no Sisu começaram hoje e podem ser feitas até sexta-feira, na página do Sisu. Durante o dia, estudantes reclamaram nas redes sociais da dificuldade em acessar o sistema. Segundo o MEC, a instabilidade foi causada por um grande “volume de acessos espontâneos na rede do MEC. O sistema, que nas edições anteriores, recebia de 25 a 30 mil acessos simultâneos, registrou hoje picos de até 350 mil acessos simultâneos”.

Se o estudante estiver com dificuldade em acessar, a recomendação é que atualize a página de inscrição antes de preencher os dados.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Sisu 2019: notas de corte serão divulgadas em quatro horários

No comunicado desta noite, a pasta informou que está sendo testada nesta edição a divulgação da nota de corte para todos os cursos em quatro horários: 7h, 12h, 17h30 e 20h

O Ministério da Educação informou em nota divulgada na noite desta terça-feira (22) que foram adotadas todas as medidas para resolver a lentidão no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O ministério comunicou ainda que as notas de corte de cada curso serão divulgadas em quatro horários.

Divulgação da nota de corte

Nesta tarde, o ministério divulgou as notas de corte de cada curso. No comunicado desta noite, a pasta informou que está sendo testada nesta edição a divulgação da nota de corte para todos os cursos em quatro horários: 7h, 12h, 17h30 e 20h. Nas edições passadas, a divulgação ocorria à meia-noite do segundo dia de inscrição. "A divulgação em quatro horários se repetirá até sexta-feira, dia 25. A divulgação da nota de corte à meia-noite será mantida até quinta-feira, dia 24", diz a nota.

Inscrições no Sisu 2019

As inscrições no Sisu começaram ontem e podem ser feitas até sexta-feira, na página do Sisu. Durante o dia, estudantes reclamaram nas redes sociais da dificuldade em acessar o sistema. Segundo o MEC, a instabilidade foi causada por um grande "volume de acessos espontâneos na rede do MEC. O sistema, que nas edições anteriores, recebia de 25 a 30 mil acessos simultâneos, registrou hoje picos de até 350 mil acessos simultâneos".

Se o estudante estiver com dificuldade em acessar, a recomendação é que atualize a página de inscrição antes de preencher os dados.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Notas de corte do Sisu serão divulgadas em quatro horários

As inscrições podem ser feitas até sexta-feira, na página do Sisu

O Ministério da Educação informou que foram adotadas todas as medidas para resolver a lentidão no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O ministério comunicou ainda que as notas de corte de cada curso serão divulgadas em quatro horários.

Na tarde da última terça-feira (22), o ministério divulgou as notas de corte de cada curso. Durante a noite, pasta informou que está sendo testada nesta edição a divulgação da nota de corte para todos os cursos em quatro horários: 7h, 12h, 17h30 e 20h.

Nas edições passadas, a divulgação ocorria à meia-noite do segundo dia de inscrição. "A divulgação em quatro horários se repetirá até sexta-feira, dia 25. A divulgação da nota de corte à meia-noite será mantida até quinta-feira, dia 24", diz a nota.

As inscrições podem ser feitas até sexta-feira, na página do Sisu. Durante o dia, estudantes reclamaram nas redes sociais da dificuldade em acessar o sistema. Segundo o MEC, a instabilidade foi causada por um grande "volume de acessos espontâneos na rede do MEC. O sistema, que nas edições anteriores, recebia de 25 a 30 mil acessos simultâneos, registrou hoje picos de até 350 mil acessos simultâneos".

Se o estudante estiver com dificuldade em acessar, a recomendação é que atualize a página de inscrição antes de preencher os dados.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Ano letivo para escolas estaduais de MG começará no dia 7 de fevereiro Secretaria de Estado de Educação informou que o Estado regularizou repasses do Fundeb; colégios municipais de 343 cidades só voltam em março

O Governo de Minas Gerais anunciou na tarde desta terça-feira (22) que o ano letivo das instituições de ensino estaduais começará no dia sete de fevereiro, conforme previsto no calendário escolar. Para garantir o retorno das atividades, o governador Romeu Zema (Novo) repassou R\$ 48,7 milhões à Secretaria de Estado de Educação.

Do valor destinado à pasta, R\$ 15 milhões serão usados para a manutenção e custeio das escolas, R\$ 1,7 milhão para contratação de serviços de conectividade nas unidades e R\$ 32 milhões para as prefeituras - dinheiro que será destinado ao transporte escolar dos alunos da rede estadual que moram em áreas rurais.

De acordo com a secretaria, o Governo também regularizou os repasses do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) junto aos municípios, referente ao ano de 2019.

Educação Municipal

Apesar da adoção da medida para garantir atividades escolares de cerca de 2 milhões de alunos da educação estadual, o Governo de Minas não anunciou o que será feito em relação às instituições de ensino municipais.

Nesta segunda-feira (21), 343 cidades adiaram o início do ano letivo para o dia 11 de março. Segundo a AMM (Associação de Municípios Mineiros), a data pode ser novamente prorrogada caso o Estado não regularize os repasses. Além do Fundeb, os prefeitos cobram o pagamento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Gratuidade de Passe Livre Estudantil custou R\$ 290,8 milhões ao GDF em 2018

Na busca por recursos para melhorar o atendimento em áreas como saúde, segurança e educação, pondo fim à crise que se espalhou por Brasília e cidades nos últimos anos, o Governo do Distrito Federal mira locais onde o dinheiro público possa escoar sem controle ou com flagrante injustiça social. Caso, por exemplo, dos desembolsos com o Passe Livre Estudantil. Reconhecido pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) como essencial no atendimento à população que realmente precisa, o alvo serão os desvios do

programa – que, de tão amplo, contempla até alunos de escolas particulares, cujas famílias, em geral, podem arcar com o custo dos deslocamentos dos estudantes.

Ano passado, o governo desembolsou R\$ 290,8 milhões com o programa, com cerca de 220 mil estudantes utilizando o benefício de não gastar com o transporte público, segundo informações do DFTrans. O valor é considerado exagerado por especialistas, justamente pela abrangência atual do Passe Livre Estudantil. Por isso, Ibaneis Rocha pretende rever o modelo de funcionamento do benefício, de forma que estudantes precisem comprovar a necessidade do passe para ter acesso ao subsídio. Segundo o governador, devido aos gastos, a isenção nas passagens de ônibus só deveria ser aplicada a estudantes que realmente precisem, uma vez que um aluno de escola particular dificilmente necessitará do benefício oferecido pelo governo a todos os alunos.

Pente-fino deve coibir fraudes

Em relação ao novo modelo de funcionamento do benefício e o que será preciso para estudantes comprovarem a necessidade do passe livre, a Secretaria de Transporte e Mobilidade do DF não soube informar como serão os processos para a mudança das regras.

Robert de Souza Lima, de 27 anos, concorda com as alterações. O estudante de curso técnico em enfermagem está seguro de que há pessoas que fraudam o sistema e que, então “é necessário passar um pente-fino para restringir o benefício quem realmente precisa”. “Eu acho certo, porque tem pessoas que, embora tenham consciência de que estão fazendo errado, usam sem precisar”, comentou.

O morador do Guará ressalta a importância da passagem gratuita para continuar seus estudos. “Eu pego um metrô e um ônibus pra ir e pra voltar, então gastaria R\$ 8,50 por dia e agora eu não gasto nada”, afirmou. Segundo Robert, há seis meses ele passou a usar o benefício e teve uma mudança em relação aos gastos mensais que tinha antes de obter o cartão do Passe Livre. “Eu gastava R\$ 250 por mês com transporte, agora não pago. Faz toda a diferença”, relata.

A estudante de técnica de enfermagem, Samara Conceição de Oliveira, 20 anos, teme a mudança. Para ela, a medida pode interferir diretamente no acesso de estudantes aos locais de ensino, uma vez que acredita que alguns podem perder o benefício. “As passagens já não são baratas e agora a gente ainda tem que comprovar renda. Eu, por exemplo, faço estágio não remunerado e não tenho da onde tirar a passagem”, diz.